

Luciani Dalmaschio

**ENUNCIÇÃO E SINTAXE:
MODOS DE ENUNCIÇÃO GENÉRICOS NA
OCUPAÇÃO DO LUGAR DE OBJETO**

BELO HORIZONTE

2008

Luciani Dalmaschio

**ENUNCIÇÃO E SINTAXE:
MODOS DE ENUNCIÇÃO GENÉRICOS NA
OCUPAÇÃO DO LUGAR DE OBJETO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Área de concentração: Lingüística teórica e descritiva.

Linha C: Estudo da estrutura gramatical da linguagem

Orientador: Prof. Dr. Luiz Francisco Dias

BELO HORIZONTE
Faculdade de Letras da UFMG
2008

Dissertação intitulada “Enunciação e Sintaxe: modos de enunciação genéricos na ocupação do lugar de objeto”, defendida por Luciani Dalmaschio, em 15 de maio de 2008, e aprovada pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Luiz Francisco Dias (UFMG)

Orientador

Profa. Dra. Maria Beatriz Nascimento Decat (UFMG)

Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini (UNIVAS)

Prfª Drª Gláucia Muniz Proença Lara (UFMG)

Suplente

Belo Horizonte, 15 de maio de 2008

AGRADECIMENTO

Agradeço
a todas as pessoas que, por compreenderem as bases teóricas que fundamentam esse
trabalho, puderam me ajudar e
a todos aqueles que, mesmo sem entender as minhas discussões acadêmicas, também
muito ajudaram por me compreender.

DEDICATÓRIA

A Deus,
por tudo.

À minha mãe,
pelo que representa.

Ao Edward,
pelo que somos.

Ao Professor Luiz Francisco Dias,
pelo caminho trilhado em comunhão.

RESUMO

Este trabalho fundamenta-se nos estudos desenvolvidos pela Semântica da Enunciação, cuja base teórica propõe que o funcionamento lingüístico é regido a partir das dimensões orgânica e enunciativa. Nessa perspectiva, tomamos como objeto específico de análise o lugar sintático “objeto verbal”, projetado pelo verbo e não ocupado no enunciado. Alicerçados no estudo desse fato gramatical e tomando por base um *corpus* diversificado, trabalhamos com a proposta de que o silêncio sintático apresenta-se como elemento constitutivo do sentido, bem como de que as condições de ocupação são determinadas pelos modos de enunciação específicos e genéricos. Esse estudo também discute as predicções de que os verbos participam, subdividindo-as em: predicções dirigidas, que ocorrem quando são orientadas para um objeto e, predicções centradas, que se realizam quando a direção do sentido é orientada para o verbo. Além disso, propomos uma categorização das predicções centradas em centramento baixo, médio e alto. Para tanto, tomamos por base a amplitude do domínio referencial que se estabelece por ocasião das possíveis ocupações que são realizadas, a fim de se produzir o efeito de completude dos enunciados. Nesse sentido, analisamos a constituição orgânica do objeto, as condições enunciativas para a ocupação desse lugar, bem como os efeitos de ordem discursiva que essa ocupação (ou a ausência dela) ocasiona fora da cadeia orgânica da sentença.

Palavras-chave: semântica, sintaxe, enunciação, lugar sintático, objeto verbal.

ABSTRACT

This work is based on the studies developed by Enunciation Semantics which theoretical basis states that the linguistic functioning is constituted by organic and enunciative dimension. In this approach, the focus of the analysis is on the syntactic place verbal object, projected by the verb, but not fulfilled within the sentence. This work, based on this grammatical topic and also in a diverse *corpus*, works with the proposition that the syntactic silence presents itself as a meaningful constitutive element, as well as occupation conditions are determined by general and specific enunciative forms. This study also discusses that verbal predications are divided both in oriented predications, which occurs when they are guided to an object, and centered predications, which are accomplished when the direction of meaning is guided to the verb. Besides this, this study proposes a categorization of predications centered in: low, medium and high levels. As to, this research is based on an amplitude of referential dominium that is established because of the possible occupations which are accomplished as to produce the effect of enunciative completion. In this sense, this work analyses the linguistic constitution of the object, the enunciative conditions for the occupation of this place, as well as the effect that this occupation (or the lack of it) produces outside the sentence of organic structure.

Keywords: semantics, syntax, enunciation, syntactic place, verbal object.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	10
FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS -----	14
CAPÍTULO I	
1 A semântica da enunciação e seus princípios fundantes-----	18
1.1 Sentido e referência: um breve percurso-----	18
1.1.1 O sentido sob o prisma do Estruturalismo-----	19
1.1.2 Do sentido para a referência: uma semântica de base formal-----	20
1.1.3 O sujeito e o processo de significação-----	22
1.1.4 O sentido e a referência como construtos enunciativos-----	23
1.2 O interdiscurso e a memória discursiva-----	26
1.3 O acontecimento enunciativo-----	28
1.4 A cena enunciativa-----	30
1.5 O papel do sujeito como participante da enunciação-----	31
2 Perspectivas para o estudo da sintaxe-----	34
2.1 Concepção gramatical x abordagem sintática-----	34
2.1.1 Bases de sustentação do fato gramatical-----	35
2.1.1.1 Condições distributivas-----	36
2.1.1.2 Condições atributivas-----	37
2.1.1.3 Condições operativas-----	39
2.1.2 O fato gramatical na ótica da Semântica da Enunciação-----	40
2.2 Transitividade verbal: discussões sobre o lugar de objeto-----	42
CAPÍTULO II	
3 O silêncio sintático como elemento constitutivo do sentido-----	51

4	Os modos de enunciação e a ocupação do lugar de objeto-----	61
	4.1 Modo de enunciação específico-----	61
	4.2 Modo de enunciação genérico-----	65
5	Em análise: predicação centrada e predicação dirigida-----	69
	5.1 Predicação centrada: uma categorização-----	74
	5.1.1 Centramento alto-----	80
	5.1.2 Centramento baixo-----	81
	5.1.3 Centramento médio-----	84
	5.2. Por um contínuo de centramento-----	92
	CONCLUSÃO -----	95
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	100

INTRODUÇÃO

Algumas questões que fazem parte dos estudos lingüísticos trazem consigo reflexões interessantes a serem realizadas. Entendemos ser a transitividade verbal um desses fatos gramaticais passíveis de discussões e aprofundamentos.

Nesse sentido, para o desenvolvimento deste trabalho, partimos do pressuposto segundo o qual é na relação entre a dimensão material e a dimensão enunciativa que se realiza o funcionamento lingüístico. Decorre desse fato a concepção segundo a qual no estudo da transitividade verbal é imprescindível que sejam considerados aspectos não apenas estruturais, mas também enunciativos.

Na verdade, na tentativa de aproximarmos questões orgânicas e enunciativas, partimos da existência de dois planos para os estudos lingüísticos: o plano da organicidade e o plano da enunciação. Quanto ao primeiro, situa-se no limite do material e não funciona de maneira autônoma, é o plano das formas. Já o segundo, se faz pelo funcionamento da língua, pelo uso efetivo da materialidade lingüística em determinado acontecimento enunciativo.

Em busca de um estudo lingüístico alicerçado por esses dois planos de constituição, propomos, baseados em Dias (2007a), a existência de três condições bastante diversas na sustentação do fato gramatical: as condições distributivas que se referem a como itens lexicais se distribuem na sentença e à relação de interdependência que tais itens estabelecem entre si e/ou com as cenas do mundo; as condições atributivas que prevêem a existência não mais de termos na configuração da cadeia orgânica da sentença e sim de lugares sintáticos; e as condições operativas que, além de preverem a existência dos lugares sintáticos, delineiam como fundamental buscar as condições enunciativas que influenciam a ocupação de tais lugares.

Na perspectiva que assumimos, utilizamos como eixo de trabalho as condições atributivas e operativas, por entendermos as categorias lingüísticas como lugares sintáticos, passíveis de serem ocupados por referentes constituídos discursivamente pela injunção de recortes de sentido advindos de uma memória histórico-social.

O fato gramatical que sustenta nossa pesquisa insere-se na órbita da transitividade verbal. Nossas discussões são desenvolvidas a partir da análise da

ocupação do lugar-sintático “objeto verbal” quando o mesmo é projetado pelo verbo e não vem preenchido no enunciado.

Nossa perspectiva de análise encontra justificativa no fato de que, na sintaxe formal, as formas consideradas como complementos verbais¹ são estudadas, de maneira geral, como marcadores de uma posição preenchida organicamente a partir de papéis temáticos. O não-preenchimento dessa posição é estudado a partir da “economia interna” do arcabouço metodológico. Tal percepção inquieta pelo fato de que os complementos verbais apresentam-se também (e em muitos casos) como elementos lingüísticos elípticos, responsáveis pela orientação temática num texto. Ou seja, embora a predicação não oriente a marcação orgânica de objetos, o lugar sintático para esse termo é projetado pelos verbos e a evolução temática do texto só ocorre em função das ocupações que realizamos.

Ao assumir esse posicionamento, tentamos redimensionar a noção de transitividade verbal proposta pelas gramáticas tradicionais, e mesmo por algumas de base não-tradicional, que explicam a presença de um objeto em um enunciado pela determinação de um verbo transitivo e, conseqüentemente, a ausência desse complemento é explicada por força da presença de um verbo intransitivo na sentença. Em uma semântica de base enunciativa, o objeto deve ser concebido como um elemento que se constitui para além da simples exigência do verbo.

Frente a isso, objetivamos formular bases para a compreensão dos seguintes questionamentos:

- Qual papel deve ser atribuído aos verbos nos estudos da transitividade verbal?
- Quais condições enunciativas regulam a ocupação do lugar sintático “objeto verbal”?
- Até que ponto essas condições operam na ocupação desse lugar?
- Qual é a repercussão dessa ocupação fora da cadeia orgânica da sentença?

Ou seja, pretendemos trabalhar o fato gramatical não apenas no que diz respeito à conformação de unidades na cadeia, mas, principalmente, sob a ótica das condições atributivas e operativas que sustentam tal fato. (DIAS, 2007a).

¹ Vale ressaltar que estamos tomando a expressão “complemento verbal” apenas como o rótulo assumido pela gramática tradicional para os complementos de verbos e não como o conceito que orienta a noção de lugar-sintático “objeto verbal”, adotado pela perspectiva da enunciação.

Passemos, então, a descrever como estruturamos essa dissertação, a fim de atingirmos os objetivos de análise propostos.

No capítulo 1, expomos os fundamentos teóricos que sustentam nossa pesquisa. Esse capítulo está dividido em duas grandes seções. Na primeira delas, são explicitados os princípios fundantes da semântica da enunciação. Assim, a criação de subseções se fez necessária, a fim de que discutíssemos a roupagem teórica assumida pelos conceitos “sentido e referência” ao longo dos estudos lingüísticos (1.1), bem como a fim de que percebêssemos como se constitui o acontecimento enunciativo (1.3), de que forma o interdiscurso, a memória discursiva e a cena enunciativa integram esse acontecimento (1.2, 1.4) e qual o papel do sujeito como participante da enunciação (1.5). Na segunda seção do capítulo 1, nossas discussões se desenvolvem a partir da descrição de algumas perspectivas para o estudo da sintaxe. Apresentamos, nesse tópico, como a concepção gramatical assumida influencia na abordagem sintática realizada (2.1). Para ampliarmos as reflexões sobre essa questão, expomos as bases de sustentação do fato gramatical (2.1.1), discutindo, assim, as condições distributivas (2.1.1.1), atributivas (2.1.1.2) e operativas (2.1.1.3) que sustentam tal fato. Logo em seguida, propomos uma visão do fato gramatical na ótica da semântica da enunciação (2.1.2). Encerrando essa segunda seção do 1º capítulo, apresentamos, no item 2.2, alguns aspectos sobre a transitividade verbal, voltando nossas discussões, especificamente, para o lugar de objeto.

No capítulo 2, passamos a desenvolver a análise dos dados que compõem o *corpus* de nosso trabalho. Esse 2º capítulo foi dividido em três partes, com o intuito de fundamentar as hipóteses que norteiam nossas conclusões.² Na seção 3, apresentamos o silêncio sintático como elemento constitutivo do sentido. Já na seção 4, desenvolvemos análises que visam comprovar a teoria de que as condições de ocupação são determinadas por modos de enunciação, podendo os mesmos ser classificados em modo de enunciação específico (4.1) e modo de enunciação genérico (4.2). Na 5ª e última seção desse capítulo, estabelecemos uma ligação entre os dois modos de enunciação, estudados no tópico anterior, e dois tipos de predicação: a predicação dirigida (5), que se configura pelo modo de enunciação específico e a predicação centrada (5) que se liga ao modo de enunciação genérico. Ampliando um pouco mais as discussões sobre a predicação centrada, propomos uma categorização para o tipo de centramento por ela

² É importante dizer que optamos por não reiniciar a numeração das seções ao realizarmos a abertura desse novo capítulo. Portanto, a 1ª seção do capítulo 2, será denominada seção 3 na pesquisa.

estabelecido, classificando-o em: centramento alto (5.1.1), centramento baixo (5.1.2) e centramento médio (5.1.3). Dessa forma, nos foi possível construir a configuração de um contínuo de centramento, apresentado no item (5.2).

Por fim, apresentamos as conclusões a que chegamos em nosso trabalho, sobre como as condições enunciativas influenciam no funcionamento do lugar sintático objeto verbal, observado a partir de sua não-ocupação no enunciado.

FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de atingir os objetivos propostos por essa pesquisa, realizamos, inicialmente, um aprofundamento no que diz respeito à posição teórica aqui assumida, cuja pretensão é aproximar aspectos orgânicos e enunciativos, visando ao estudo do lugar sintático objeto verbal. Ou seja, no momento inicial da pesquisa, definimos as bases teóricas que permeiam todo o trabalho, através da análise de outros estudos já desenvolvidos sobre a pertinência dos fatores de natureza enunciativa na constituição do fato gramatical.

Para a efetivação da análise que propomos, fizemos a opção de que o *corpus* que subsidia nossos estudos fosse constituído pelo que nomeamos exemplos-colméia. Esse novo estatuto dado ao exemplo fundamenta-se em Dias (2006b), que percebe a exemplificação como algo que deve constituir uma rede de ocorrências.

Nesse sentido, a adoção desses novos contornos dados à exemplificação possibilitou que pudéssemos apresentar um *corpus* que se organiza em torno de textos integrantes dos mais diversos gêneros, como propagandas, campanhas educativas, piadas, letras de música, textos jornalísticos, todos retirados da mídia impressa, conforme referências descritas. Essa filiação também tornou possível que enunciados fossem construídos, a fim de que, por contraste ou por reforço, possibilitassem que fosse saturada a demanda de dados exigida pela análise em questão. É importante explicar que as ocorrências criadas se inserem nas possibilidades oferecidas por enunciados efetivos da língua. Elaboramos, então, um conjunto de ocorrências que “formam uma unidade” (2006b, p.52). Esse fato pode ser notado, por exemplo, nas ocorrências (13) e (26)³, sendo (13) um exemplo coletado na mídia impressa, por meio do *google*, e (26) um enunciado construído, a fim de que fosse ampliada a discussão sobre modo de enunciação específico.

(13) Papa faz apelos e reflete sobre a visão bíblica da história.

(26) Interlocutor A: Na última vinda ao Brasil, o Papa fez apelos à população.

Interlocutor B: Na verdade, não foi só no Brasil. Em seus discursos ele sempre faz.

³ Esses exemplos foram retirados do capítulo I, seção 2.2 e trazidos aqui com a numeração que, originalmente, os organiza no trabalho.

Nesse sentido, ao selecionarmos um *corpus* com essa característica, optamos por trabalhar com o exemplo-colméia. “Dentro desse conceito, exemplos elaborados para um fim específico de demonstração ganham ancoragem em exemplos efetivamente realizados.” (DIAS, 2006b, p.52).

Vale ressaltar que, em nosso trabalho, fizemos a opção de numerar os exemplos de forma seqüencial, não estabelecendo cortes e reinícios de um capítulo para o outro. Isso faz com que, ao serem retomados, esses exemplos tragam consigo a numeração que primeiro os identificou.

Explicitando um pouco mais a nossa opção em trabalhar com exemplos-colméia, torna-se importante dizer que nossa pretensão, ao utilizar esse tipo de exemplo, é analisar enunciados onde as formas verbais sejam percebidas também em função de suas relações. Dessa forma, os verbos passam a ser discutidos não apenas sob a ótica do conceito da transitividade organicamente constituída na sentença, mas também sob as bases enunciativas marcadas pelo aglomerado de ocorrências que estabelecem relações entre si. No item 5.1, do capítulo 2, por exemplo, escolhemos um texto literário (“Como se conjuga um empresário”) para compor a ocorrência inicial daquele tópico de análise (marcado neste trabalho como exemplo (41)) e, construímos, a partir dessa ocorrência, 78 novos exemplos, a fim de realizarmos a análise que norteou nossas discussões.

Faz-se necessário explicar, entretanto, que, de acordo com a postura teórica que assumimos, não se torna fundamental a quantidade de ocorrências encontradas no *corpus*, mas a regularidade que essas ocorrências assumem no uso efetivo da língua, ou seja, a real possibilidade que os exemplos adquiram de funcionar em determinados acontecimentos enunciativos.

Essa nova abordagem dada ao exemplo se distancia daquilo que Dias (2006b) chama de exemplo-ilha, muito presente no nosso ensino gramatical. Segundo o autor, esses exemplos sofrem um processo de singularização, que os separa dos demais, ou seja, que os faz perder a “capacidade de ganhar generalidade e se tornar demonstração” (DIAS, 2006b, p.48). Ou ainda, são exemplos elaborados pelos gramáticos apenas para ilustrar um conceito. Assim, tais exemplos “ora são efetivos, mas não se integram ao conceito, e ora são apresentados em função do conceito, mas estão longe de se constituírem em peças efetivas do uso lingüístico.” (DIAS, 2006b, p.49).

Nessa direção, entendemos que esse deslocamento do estatuto do exemplo visa legitimar nosso trabalho, que pretende analisar o fato gramatical não apenas enquanto materialidade lingüística, categoria sintática constituída organicamente (condições distributivas e atributivas), mas também, como elemento que se constitui nos modos de enunciação que perpassam os usos da língua.

CAPÍTULO I

ORIENTAÇÃO TEÓRICA DA PESQUISA – FUNDAMENTOS GERAIS

“Uma semântica histórica da enunciação se constitui no lugar em que se trata a questão da significação ao mesmo tempo como lingüística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia.”

(Eduardo Guimarães)

1 A SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO E SEUS PRINCÍPIOS FUNDANTES

Segundo Guimarães (2002, p.11) a enunciação, enquanto acontecimento de linguagem, apresenta elementos decisivos para sua constituição: a língua e o sujeito, pelos quais se enuncia algo; a temporalidade e o real a que o dizer se expõe. Logo, ao trabalharmos com a concepção, que assumimos nessa pesquisa, de que a constituição do fato gramatical se dá na relação entre o orgânico e o enunciativo, torna-se inevitável que estabeleçamos uma relação entre a língua e o sujeito-histórico-social.

Dessa forma, a linguagem passa a ser vista como

um fenômeno histórico que funciona segundo um conjunto de regularidades, socialmente construídas, que se cruzam e podem ir permitindo mudanças nos fatos sem que isso possa ser visto como desvio ou quebra de uma regra. Quanto a uma língua, diríamos que ela é uma dispersão de regularidades lingüísticas que a caracteriza, necessariamente, como fenômeno constituído sócio-historicamente. (GUIMARÃES, 1987, p.17)

Entendemos, assim, ser importante o esclarecimento conceitual sobre alguns elementos que fundamentam a teoria semântica que adotamos, uma vez que sustentarão a análise proposta a *posteriori*.

1.1 SENTIDO E REFERÊNCIA: UM BREVE PERCURSO

Várias foram as roupagens conceituais atribuídas ao sentido na história da semântica. O que passamos a fazer agora é percorrer algumas das muitas teorias que existem acerca desse fato e situar nossa análise nos principais aspectos abordados por cada uma delas, a fim de estabelecermos uma comparação entre as posições teóricas adotadas sobre sentido e referência, ao longo dos estudos sobre linguagem, até apresentarmos aquela que utilizaremos em nossa pesquisa.

Segundo Guimarães (2006, p.116), existem cinco modos de considerar a significação de acordo com as posições assumidas no tratamento do sentido. Tentaremos fazer uma retomada desses tratamentos a partir de agora.

1.1.1 O SENTIDO SOB O PRISMA DO ESTRUTURALISMO

Uma primeira forma de percebermos como se constitui o sentido seria assumindo uma visão estruturalista da linguagem. Isso significa “considerar que a significação é uma relação de elementos lingüísticos.” (GUIMARÃES, 2006, p. 116).

Pensar a significação como elemento lingüístico, excluindo a exterioridade, é uma concepção que vem de Port-Royal e fundamenta-se em Saussure, que vê o signo lingüístico como uma entidade que apresenta duas formas, uma de expressão (o significante) e outra de pensamento (o significado) que são ordenadas, organizadas, pelo sistema lingüístico. Segundo Saussure (2000), o signo lingüístico é, pois, uma entidade lingüística de duas faces: o conceito e a imagem acústica.

Esses dois elementos estão intimamente ligados e um reclama o outro. Quer busquemos o sentido da palavra latina *arbor*, ou a palavra com que o latim designa o conceito de “árvore”, está claro que somente as vinculações consagradas pela língua nos parecem conforme a realidade, e abandonamos toda e qualquer outra que se possa imaginar. (SAUSSURE, 2000, p.80)

Como podemos perceber, então, a teoria saussureana apresenta a idéia de que é o sistema lingüístico que oferece as possibilidades de seleção e combinação dos signos, resultando o sentido, dessa forma, das possibilidades por ele selecionadas.

A conclusão a que chegamos diante dessas afirmações é que uma visão estruturalista da linguagem percebe o signo lingüístico apenas a partir de sua interioridade. Nada lhe é exterior, ficando excluída, dessa forma, a noção de referência. Desse modo, “...a questão da significação fica posta também como uma questão das relações internas ao sistema. O significado de um signo é o que os outros significados não são.” (GUIMARÃES, 2005, p.19).

1.1.2 DO SENTIDO PARA A REFERÊNCIA: UMA SEMÂNTICA DE BASE FORMAL

De acordo com Guimarães (2006, p.116), uma segunda forma de considerarmos a significação pressupõe adotarmos uma postura teórica de que o sentido se constitui na relação entre os elementos lingüísticos e o mundo. Essa é a perspectiva de análise que orienta uma semântica de base formal.

“...as semânticas formais colocam a questão do sentido como uma relação com o mundo, com os objetos. Ou seja, são semânticas que consideram que o sentido de um enunciado lingüístico é o que ele representa do mundo, dos objetos, de um estado de coisas.” (GUIMARÃES, 2005, p. 23)

Os teóricos que adotam essa linha de raciocínio diriam que ao processo de constituição do sentido se agregaria um novo elemento, além dos dois propostos por Saussure, o referente. E essa referência assume o caráter de verificação do sentido, ou seja, o sentido será verdadeiro se o objeto por ele apontado realmente existir no mundo, e será falso se o inverso acontecer. Por exemplo, em:

(1) A rosa do jarro vermelho está sobre a mesa.

A sentença (1) terá sentido verdadeiro se realmente existir uma rosa do jarro vermelho e se esta rosa estiver em cima da mesa, caso contrário, o sentido será falso. Dessa forma, “...o sentido de uma sentença é visto como constituído a partir das condições de verdade dos elementos que a compõem.” (GUIMARÃES, 2005, p.28). Sendo assim, é “a busca da verdade, onde quer que seja, o que nos dirige do sentido para a referência.” (FREGE, 1982, p.69).

Na perspectiva fregeana, a referência é considerada como a relação da linguagem com um objeto. Entretanto, é importante ressaltarmos que, segundo Dias e Lacerda (2007),

muito embora Frege postule que o uso da linguagem pressupõe uma referência, ele admite que o sentido por sua vez não garante o acesso a ela...a referência, que no caso de Frege coincide com entidades no

mundo 'real' ou 'imaginário', tem uma abrangência que escapa aos limites do sentido que a apresenta. O sentido, por sua vez, é limitado porque só alcança parcialmente a referência que, com ele, constitui o nome. (DIAS e LACERDA, 2007)

O que podemos ousar esboçar é que essa teoria em relação àquela proposta por Saussure apresenta um viés de reformulação: ao caráter interno atribuído ao sentido associa-se certo aspecto de exterioridade. Não se trata de uma exterioridade que se faz presente de maneira definitiva no processo de significação, já que para os lógicos o sentido está no lingüístico e, apenas se for necessário, aspectos externos à língua são convocados a participar do processo de significação.

Entretanto, essa associação da interioridade e da exterioridade lingüísticas, percebidas nesse segundo modo de consideramos a significação, não é suficiente para descaracterizar a transparência do sentido que os signos apresentam na perspectiva saussureana, uma vez que o sentido, nessa segunda concepção, é uma imagem mental coletiva, patrimônio, portanto, de mais de um, é aquilo que se faz independente das representações das individualidades.

Aspecto importante, que merece destaque, é a afirmação que Guimarães (2005) faz, refletindo sobre as contribuições de Frege para a semântica formal. Diz o autor:

De decisiva importância neste contexto é a distinção que ele (Frege) faz entre representação, por um lado, e sentido e referência, por outro. A representação de um objeto para alguém é de caráter subjetivo, psicológico, e não interessa para o ponto de vista de Frege, enquanto que o sentido e a referência são objetivos: a referência é um objeto perceptível e o sentido é o modo de apresentar um objeto enquanto a serviço, de modo igual, daqueles que falam uma língua dada. (GUIMARÃES, 2005, p.27)

Em síntese, numa perspectiva referencialista, o sentido pode ser constituído a partir dos elementos internos da materialidade lingüística, associados às situações do mundo com as quais esses elementos se relacionam.

1.1.3 O SUJEITO E O PROCESSO DE SIGNIFICAÇÃO

Seguindo a perspectiva de Guimarães (2006, p.116), um “terceiro modo de tratar a significação considera-a como aquilo que uma pessoa comunica à outra quando fala.”. Essa perspectiva teórica acrescenta ao estudo lingüístico o seu usuário e leva em conta a intenção de quem fala para a constituição do sentido.

Por esse viés de análise, o lingüístico perde especificidade, uma vez que o que realmente importa é o que o sujeito pensa, a intenção que ele tem no ato comunicativo. As estruturas lingüísticas funcionam como pistas para a reconstrução, por parte do interlocutor, daquilo que foi dito. Assim, o sentido está na relação entre sujeitos, e se constitui como algo que transita entre os dizeres do sujeito a e do sujeito b. Produzir sentido passa a ser uma questão do querer significar. Ou seja, o sentido que transita na sentença toma como seu fundamento a intenção de quem a produz, associada à situação em que a frase é proferida.

Uma outra forma de pensar o usuário como participante do processo de significação, de maneira distinta daquela exposta acima, é imaginá-lo como agente da constituição do sentido. Não se trata mais de uma questão de interação entre esse e aquele sujeito. O sujeito em si é a fonte dos sentidos, mas não o contém. O próprio ato contém a significação. Logo, o sentido é o ato de um locutor que exerce função social. Assim, toda essa subjetividade está amarrada em questões de ordem pragmática.

...o uso não é aqui comportamento de quem fala, é o uso da palavra na linguagem. O sentido de uma palavra são seus usos nos jogos de linguagem de que participa. Neste campo deu-se a construção da teoria dos atos de fala, que tem em Austin o seu primeiro e principal formulador. (GUIMARÃES, 2005, p.37)

Para Austin (1990) dizer é fazer. E, segundo Guimarães

...é interessante observar que, visto deste ponto de vista, podemos considerar que o tempo todo, ao falarmos, realizamos atos de fala: prometemos, damos ordens, fazemos perguntas, dirigimos reuniões, batizamos pessoas, navios, felicitamos as pessoas, parabenizamos, etc. (GUIMARÃES, 2006, p.133)

É importante perceber que a questão da eficácia de tais atos não se encontra na mobilização do sujeito. Para Austin, os atos de linguagem são instituídos por condições de “felicidade” ou de “infelicidade” e tais condições são fundamentais para a realização ou não do ato. Ou seja, para que um cidadão se considere preso diante do enunciado:

(2) Esteja preso!

é necessário que sejam observadas algumas condições de “felicidade”, como por exemplo, a pessoa que proferiu essa sentença precisa ter força de lei para prendê-lo, a situação tem que garantir tal prisão, etc.

1.1.4 O SENTIDO E A REFERÊNCIA COMO CONSTRUTOS ENUNCIATIVOS

Na seqüência de nossa análise optamos por unir as duas últimas considerações sobre o estudo da significação, propostas por Guimarães (2006, p.117), por entendermos que ambas se apresentam, em linhas gerais, incluídas numa semântica da enunciação, à qual se filia este estudo. As considerações a que nos referimos são as que afirmam que o sentido é:

“(d) a colocação em funcionamento da língua pelo locutor, e

(e) a relação do funcionamento da língua com suas condições sócio-históricas.”

No decorrer de nossas discussões, pretendemos apresentar alguns pontos que as diferenciam, na opinião do autor.

Diante da afirmação anterior, de que passaremos a refletir a perspectiva sobre sentido e referência assumida por uma semântica da enunciação, não poderíamos deixar de incluir em nossa análise as idéias defendidas por Emile Benveniste, afinal, em sua enorme contribuição aos estudos lingüísticos, destaca-se o seu conceito de enunciação. Segundo ele, o indivíduo coloca em funcionamento as formas da língua ao utilizá-la. “A enunciação é este colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização.” (BENVENISTE, 1989, p.82).

Sua teoria é a de que, quem enuncia, enuncia para alguém, em algum lugar e em algum tempo. É, pois, em torno desses três eixos que se configura a enunciação: as pessoas (eu-tu), o espaço (aqui-lá) e o tempo (agora-depois). O locutor apropria-se da língua, cuja materialidade pertence ao aparelho formal, e a coloca em funcionamento em determinado tempo e espaço. Nesse sentido, é fácil percebermos que, para Benveniste, o ato de enunciar é de responsabilidade do locutor, sendo ele o centro da enunciação, capaz de constituir o outro como seu interlocutor.

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. (...) Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua como um processo de apropriação. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de processos acessórios, de outro. (BENVENISTE, 1989, p.83-84)

Aqui a referência é, pois, estabelecida em relação à enunciação, não se configurando como algo fixo, nem previsível, dependendo do *aqui* e do *agora* enunciativos.

Como podemos observar, a teoria de Benveniste é uma teoria subjetivista porque se centra predominantemente em apenas uma das faces do sujeito da enunciação: o locutor. Daí decorre o questionamento de Guimarães a essa proposta de tratamento da enunciação:

Diria que este aspecto faz parte dos problemas do tratamento enunciativo de Benveniste, ao qual se acresce para mim, como para outros lingüistas e para a análise de discurso, a questão da centralidade deste sujeito da enunciação. Não se trata de um sujeito psicológico, não se trata de um sujeito pragmático, por exemplo, mas trata-se de um sujeito que tem a capacidade de apropriar-se da língua e semantizar, e fazer significar. (GUIMARÃES, 2005, p. 47)

Para Guimarães, mesmo sendo esse um posicionamento teórico que prevê no processo de constituição do sentido a presença da exterioridade lingüística, ainda há um elemento que é excluído dessa constituição, a história. E, segundo o autor, é exatamente a inclusão da história que determinará o sentido. Assim, a significação é histórica, não

exatamente no sentido cronológico, temporal, mas “determinada pelas condições sociais de sua existência.” (GUIMARÃES, 2005, p.66).

O sentido está posto, para o autor, como uma questão enunciativa e se constitui sócio-historicamente a partir de um acontecimento do dizer, tornando-se, dessa forma, uma realização discursiva. Diante disso, é possível afirmar que o sentido de um enunciado são os efeitos de suas enunciações.

Quanto ao referente, este deve ser considerado como um construto discursivo, ou seja, nessa acepção o discurso é quem vai propiciar condições para que a referência seja produzida. Isso quer dizer que o referente não está circunscrito no mundo. “A referência,..., antes de se configurar como relação entre a linguagem e uma entidade do mundo, é um efeito de sentidos atribuídos por essa relação entre enunciados.” (DIAS; LACERDA, 2007). É a linguagem que vai produzir a constituição da referência. É importante esclarecer que não podemos afirmar que a linguagem fala do mundo e nem que o mundo está na linguagem, mas nos parece interessante a afirmação de que, se existe um conhecimento sobre o mundo, ele passa necessariamente pela linguagem. Isso nos faz considerar que as coisas do mundo só ganham pertinência no discurso.

Assim, a referência ganha característica de algo maleável, elástico, capaz de assumir contornos outros que não apenas os já-estabelecidos, os já-dados. Logo, “os sentidos mudam e a referência muda, justamente porque a atualidade do acontecimento é capaz de agregar novas perspectivas aos recortes de memória.” (DIAS; LACERDA, 2007). Trata-se, portanto, de dotar a referência de um caráter histórico-discursivo. Ou seja, “há referência numa enunciação porque há relações de sentido com outras enunciações, produzindo como efeito a pertinência e o reconhecimento das entidades referidas.” (DIAS; LACERDA, 2007).

Notamos que, sob esse prisma de análise, o sentido está posto a partir da consideração sócio-histórica de sua existência, como dito anteriormente, e não a partir de uma percepção individual do sujeito. Nessa direção, torna-se imperativo considerarmos conceitos como memória discursiva, cruzamento de discursos (interdiscurso), posição do sujeito, acontecimento e cena enunciativa como fatores fundamentais para a configuração do sentido e da referência.

Passemos agora a discutir esses fundamentos da semântica da enunciação.

1.2 O INTERDISCURSO E A MEMÓRIA DISCURSIVA

O conceito de interdiscurso⁴ tem um papel determinante no conceito de sentido, conforme perspectiva suscitada anteriormente. Na verdade, não apenas no conceito de sentido, o interdiscurso torna-se elemento importante, também, na configuração de outros posicionamentos teóricos que perpassam a Semântica da Enunciação. Desse modo, torna-se fundamental a apresentação dos contornos que a interdiscursividade ganhará na análise da ocupação do lugar de objeto.

Guimarães (1989), mesmo sem explicitar a designação “interdiscurso” em seu texto “Enunciação e História”, já apontava para a definição desse termo como algo substancial na abordagem semântica à qual o autor se filia e com a qual agora trabalhamos. Segundo ele

Faz parte das condições de existência de um enunciado que existam outros. Assim, seu caráter é necessariamente relacional. Só há um enunciado se houver mais de um. Ou seja, é impossível pensar a linguagem, o sentido fora de uma relação. Nada se mostra a si mesmo na linguagem. Algo sozinho nunca é linguagem. Algo só é linguagem com outros elementos e nas suas relações com o sujeito. Isto dá o caráter inescapavelmente histórico da linguagem. (GUIMARÃES, 1989, p.74)

O que o autor propõe com esse dizer é que os discursos são construídos não apenas pelo sujeito da enunciação, mas também por elementos externos à voz desse sujeito. Ou seja, outras vozes, advindas de outros sujeitos em algum lugar e tempo da história e suscitadas pela memória discursiva, são inscritas no interior da enunciação de modo a fazerem parte da construção de sentidos naquele acontecimento.

É importante ressaltar que, para a Semântica da Enunciação, memória não representa a “sede” de conhecimentos psicológicos, sua conceituação supõe a participação histórica do enunciado. Deriva desse fato a possibilidade do termo ser adjetivado como memória *discursiva*, já que se trata de um elemento disposto em função de um discurso. Para Pêcheux, a memória “é um espaço móvel de divisões, de

⁴ É importante dizer que o conceito de interdiscurso adotado em nossa perspectiva de trabalho se filia àquele assumido pela Análise do Discurso Francesa, concebida por Michel Pêcheux, nas décadas de 70 e 80.

disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização...um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.” (PÊCHEUX, 1999, p.56).

Podemos perceber, então, que o interdiscurso apresenta, em sua essência, um caráter relacional e, por isso, deve ser entendido como o lugar das construções sociais de sentido, que constituem a memória dos já-ditos que vigoram na sociedade. Logo, é possível afirmar que o interdiscurso é (re)construído na enunciação, possibilitando que todo e qualquer enunciado, uma vez produzido, torne-se objeto de retomada.

Fazer significar compreende, portanto, estabelecer um tipo de relação com outros dizeres. Dessa forma, torna-se lícito afirmar que a produção de sentido em uma enunciação acontece não de maneira exclusiva e irrepitível, tampouco se dá pela repetibilidade ingênua de significados prontos e pré-existentes. A cada nova enunciação sentidos são produzidos, reproduzidos e até mesmo esquecidos de modo a proporcionarem um cruzamento de dizeres em meio à criação de dizeres novos. Assim, durante a enunciação há uma (re)construção discursiva e é através da memória discursiva, do interdiscurso, que emergem as práticas que subsidiam essa (re)construção.

Acreditamos que um texto se individualiza na medida em que se relaciona com outros textos. Na verdade, é nessa rede de filiações discursivas que um texto é capaz de produzir sua unidade. Ou seja, para que um dizer seja unitário (e não único), é preciso que ele seja social. Para uma semântica de base enunciativa o que há, então, são efeitos de sentido construídos no/pelo discurso.

Sendo assim, trabalhamos com o pressuposto de que os signos são marcados historicamente e que guardam dentro de si recortes do passado, apresentando, portanto, camadas de perspectiva de sentido. Ou, segundo Guimarães podemos dizer

que as formas da língua são o que são pela história de suas enunciações. Uma forma é na língua o que ela se tornou pela história de seus funcionamentos na enunciação. Deste modo, deve-se considerar que a língua tem em si a memória desta história, ou seja, a língua carrega na sua estrutura as marcas de seu passado. O que uma forma é, em certo momento, tem a marca de como ela funcionou nas enunciações em que a língua se pôs a funcionar. (GUIMARÃES, 1996, p.27)

Esse fato nos faz considerar que a compreensão do sentido de um discurso implica necessariamente a relação desse discurso com outros discursos, ou seja, faz-nos assumir a posição de que “o sentido em um acontecimento são efeitos da presença do interdiscurso.” (GUIMARÃES, 2002, p.67). Ou ainda de que é na relação do lingüístico com uma exterioridade constitutiva que se configuram os domínios de referência, responsáveis pelos efeitos de sentido dos textos. Nessa perspectiva é que nos basearemos para analisar a repercussão que a ocupação do lugar sintático de objeto gera fora da cadeia orgânica da sentença.

É importante reafirmarmos que assumir a postura de perceber a significação a partir da exterioridade da língua não significa desconsiderar o sistema lingüístico, e sim associar a ele elementos enunciativos (o mundo, o sujeito, o referente, a história) para a construção do sentido.

Consideramos importante dizer que a exterioridade constitutiva à qual nos referimos não é vista na teoria que adotamos como o contexto, como a situação, da maneira como é abordada na pragmática.

Trata-se de uma materialidade histórica do real. Ou seja, não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico. (GUIMARÃES, 2002, p.11)

Esse fato nos faz acreditar que o simbólico implica a constituição do sujeito e dos sentidos.

1.3 O ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO

Discussões sobre como entendemos a noção de “acontecimento” também se tornam pertinentes para melhor compreendermos as bases que sustentam a Semântica da Enunciação. O próprio ato de concebermos “a enunciação enquanto *acontecimento* (grifo nosso) de linguagem que se faz pelo funcionamento da língua” (GUIMARÃES, 2002, p.11) nos aponta a necessidade de explicitarmos melhor esse conceito.

Trabalhamos com a perspectiva de que o acontecimento não pode ser visto como algo pontual e linear, e sim como um conjunto histórico que, por meio de inúmeros entrecruzamentos, é capaz de construir um estado de coisas. Trata-se, portanto, de algo relacional, mas que, ao surgir, é capaz de originar alterações no já posto, no já estabelecido.

Esclarecendo melhor a afirmação anterior, percebemos o acontecimento como um ato de construção e reconstrução processadas concomitantemente. Ou seja, acreditamos que há um conjunto de discursividades no qual a atualidade produz um movimento de ancoragem para estabelecer o novo. Em outras palavras, as discursividades vão operando no entremeio da resistência e da mudança.

Isso posto, é possível afirmarmos que no acontecimento há um reconhecimento do passado e uma projeção do futuro, que se concretizam na realização enunciativa presente. Futuro, porque produz as bases de ancoragem para que outros acontecimentos surjam. "O acontecimento tem como seu um depois incontornável e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro." (GUIMARÃES, 2002, p.12). E passado, porque se ancora em fatos anteriormente constituídos, "esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável." (GUIMARÃES, 2002, p.12).

Assim, acreditamos que todo acontecimento é captado por um dizer e esse dizer, que já vinha passando por um processo de discursivização, produz efeitos de sentido e também provoca outras discursividades. Dessa forma, o acontecimento discursivo possibilita que o acontecimento histórico se inscreva na memória do dizer.

Segundo Pêcheux

(...) a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjeturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção pode desmanchar essa regularização e produzir respectivamente uma outra série sobre a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída como tal, e que é assim o produto do acontecimento. (PÉACHEUX, 1999, p.52)

Diante do exposto anteriormente, constatamos que a emergência do acontecimento tem força propulsora de sentido. Assim, a significação constitui-se discursivamente a partir de um acontecimento enunciativo. Ou ainda: “o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido...não há enunciação.” (GUIMARÃES, 2002, p.12)

1.4. CENA ENUNCIATIVA

A afirmação já exposta aqui - de que enunciamos enquanto seres afetados pelo simbólico - nos leva a considerar outro aspecto importante para a conclusão de nosso segundo objetivo: quais são as condições enunciativas que regulam a ocupação do lugar de objeto e até que ponto essas condições operam nessa ocupação.

Se “não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico” (GUIMARÃES, 2002, p.11) é possível pressupor que no acontecimento é criada uma cena enunciativa, ou seja, constitui-se um cenário dentro do qual o acontecimento da linguagem faz a língua funcionar. “Na cena enunciativa, ‘aquele que fala’ ou ‘aquele para quem se fala’ não são pessoas, mas uma configuração do agenciamento enunciativo” (GUIMARÃES, 2002, p.23). A cena enunciativa constitui-se, portanto, de lugares de dizer temporalizados e especificados no acontecimento. Por esse pressuposto, a língua funciona no/pelo acontecimento, e não pelo desejo individual de seus usuários.

Trabalhamos na perspectiva de que a constituição da cena enunciativa acontece em espaços de enunciação, que são espaços de funcionamento da língua “que se dividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante.” (GUIMARÃES, 2002, p.18). Esses espaços de disputa, que se configuram por equívocos próprios do dizer, proporcionam aos falantes identificarem-se e dividirem-se hierarquicamente de acordo com os dizeres que utilizam nas enunciações de que fazem parte. É esse aspecto da língua que garante aos usuários “dizer certas coisas e não outras, a poder falar de certos lugares e não de outros, a ter certos interlocutores e não outros.” (GUIMARÃES, 2002, p.21).

Assim, é na cena enunciativa que se constituem modos específicos de acesso ao dizer⁵ e isso acontece de acordo com as relações entre os lugares de enunciação e a materialidade lingüística recorrente na língua.

Passemos, então, a desenvolver o pensamento descrito no parágrafo anterior de que a cena enunciativa é vista como uma configuração específica, estabelecida pela relação entre os lugares de enunciação ocupados por quem e para quem se fala. Baseados nas considerações de Guimarães (2002, p.23), cuja afirmação é de que “assumir a palavra é pôr-se no lugar que enuncia”, entendemos ser de fundamental importância analisar que contornos enunciativos vai assumir o sujeito participante da enunciação, ou seja, qual é o papel ocupado por ele, que função ele desempenha nesse processo.

1.5 O PAPEL DO SUJEITO COMO PARTICIPANTE DA ENUNCIÇÃO

É importante começarmos dizendo que, na perspectiva teórica por nós adotada, a perceptibilidade do acontecimento depende da inscrição do sujeito. Assim sendo, diante de um texto, como dito anteriormente, esse sujeito pode construir uma rede de significações, que já vem sendo engendrada há muito tempo, cujos sentidos são sócio-historicamente produzidos e interpretados como naturais. Esse processo de tornar naturais determinados sentidos e não outros é que consideramos atributo da posição social assumida pelo sujeito da enunciação.

O sujeito seleciona, então, as construções que se tornarão parte de seu dizer, e mobiliza as mesmas para a produção de sentidos, de acordo com as condições de produção. É dessa forma que não se pode separar o sujeito da história, bem como da relação que ele mantém com as recorrências orgânicas da língua. Essa perspectiva de análise reafirma a necessidade de considerarmos a língua para além de seu aspecto material, uma vez que as palavras não são só formas porque grupos e indivíduos se utilizam delas para construir sua representação enquanto sujeitos sociais. Ou seja, é no uso social da língua que o sujeito revela sentidos que representam a teia de relações

⁵ O que aqui chamamos “modos específicos de acesso ao dizer” discutiremos de forma detalhada na parte 4 do capítulo II, quando abordaremos os modos de enunciação genérico e específico.

constituídas por ele. Assim, estamos considerando o lugar do lingüístico como um espaço caracterizado pelo recorte de sentido realizado pelo sujeito.

Faz-se necessário observarmos que, ao falar no lugar social que regula o dizer do sujeito enunciativo, não o estamos tomando como a sociologia o veria, por exemplo. Para ela, o discurso de uma feminista seria sempre a representação exata daquilo que o feminismo teria a dizer. Entretanto, como já exposto aqui, a enunciação não está apenas veiculada ao desejo do sujeito, ela é perpassada por outras discursividades, ou seja, pelo interdiscurso. E nenhum sujeito foge deles: sempre que falamos somos afetados pelo dizer do outro. Logo, a posição em que o sujeito se encontra não é vista por ele mesmo de maneira translúcida, o real de sua posição não se configura como um fato claramente perceptível aos seus olhos e, diante disso, cria-se um tipo de divisão em que o sujeito pode ter uma posição no sentido sociológico e outra enquanto pessoa que enuncia, porque o espaço de enunciação está transformado pelo cruzamento de dizeres.

Para esclarecer melhor como tratamos, neste trabalho, o papel assumido pelo sujeito enunciativo, nos baseamos em Guimarães (2002), que vê esse sujeito sob diversos prismas de análise. Para o autor, o lugar do Locutor "...é então o lugar que se representa no próprio dizer como fonte deste dizer" (GUIMARÃES, 2002, p.23) , não é uma representação do mundo físico, trata-se de uma figura constituída pelo discurso. Assim ele se mostra, se apresenta na/pela enunciação e assume a forma do "eu" enunciativo.

No entanto, segundo o autor, esse Locutor se divide, sofre distinções e é afetado por lugares sociais suscitados pela cena enunciativa. Nesse momento, surge o que Guimarães nomeia como locutor-*x*, que é o locutor socialmente falando do lugar do padre, do juiz, da mãe, do pai, por exemplo. Cabe então, concluir que "para o locutor se representar como origem do que se enuncia, é preciso que ele não seja ele próprio, mas um lugar social de locutor." (GUIMARÃES, 2002, p.24).

Outra divisão que sofre o Locutor acontece quando há o apagamento do lugar social, ou seja, o Locutor fala agora a partir do lugar de dizer simplesmente, também colocado em jogo pela cena enunciativa. Trata-se de um lugar chamado de enunciador. O enunciador, para Guimarães, pode assumir a posição de enunciador-individual que representa um lugar que está acima de todos, representado pela individualidade do sujeito. Ao fazer uma promessa, por exemplo, em:

(3) Eu prometo que comprarei o livro.

O sujeito está tomando para si, enquanto indivíduo, o dever de cumprir a promessa.

A segunda espécie de enunciador proposta pelo autor é a do enunciador-genérico que fala de um lugar em que se diz aquilo que todos dizem. Nesse caso, “o enunciador se mostra como dizendo com todos os outros: se mostra como um indivíduo que escolhe falar tal como outros indivíduos...” (GUIMARÃES, 2002, p.25). Para ilustrar esse tipo de enunciador podemos lançar mão dos provérbios, como por exemplo:

(4) “Quem ama o feio, bonito lhe parece.”

Por fim, existe o lugar de dizer ao qual o autor atribui o título de enunciador-universal. Esse enunciador habita um espaço enunciativo que o submete ao regime do verdadeiro ou falso. “Quando se faz uma afirmação sem qualquer modalização como ‘Todas as pessoas morrem’, o enunciador, ao se apresentar como o lugar do dizer, apresenta-se como quem diz algo verdadeiro em virtude da relação do que diz com os fatos.” (GUIMARÃES, 2000, p.26).

Diante do exposto até aqui, podemos sintetizar os princípios fundantes de uma semântica de base enunciativa concluindo que, durante o **acontecimento**, recortado por uma **cena enunciativa**, o **sujeito** resgata, mobiliza e (re)significa conhecimentos advindos do **interdiscurso**. E é justamente nesse momento de atualização e de (re)construção da **memória** que se produz **efeito de sentido** capaz de instituir uma posição de sujeito, pois esta “não é anterior à construção dos efeitos de sentido, e sim se produz com eles”. (ORLANDI, 1995, p.21).

2. PERSPECTIVAS PARA O ESTUDO DA SINTAXE

2.1. CONCEPÇÃO GRAMATICAL X ABORDAGEM SINTÁTICA

Junto com a concepção da identidade da língua, a concepção do fato gramatical fundamenta a análise da produção de gramáticas no Brasil atual. Fazendo uma breve retomada sobre a apreensão da língua, para depois realizarmos uma maior análise do fato gramatical, que configura o aspecto central desse estudo, nota-se que ela (a língua) organiza-se, segundo Dias (2007a), em torno dos seguintes perfis:

a) Gramáticas tradicionais: buscam analisar as manifestações lingüísticas como representação do real, como modelos a serem obedecidos para se atingir eficácia comunicativa na exposição das cenas do mundo. A conceituação dos elementos sintáticos, presente nos manuais tradicionais, revela uma preocupação em hierarquizar os constituintes lingüísticos, separando-os em termos essencial, integrante e acessório, o que demonstra, de certa forma, todo o percurso de classificação, conceituação e normatização assumido por esse perfil de gramática. Segundo Dias (2007a),

ainsi, la grammaire est à la fois une description du rapport entre langue et réel et un instrument pour établir la façon d'opérer avec elle (la langue), à partir de paradigmes esthétiques ou logiques (de l'ordre de la pensée). le respect de ces paradigmes aurait une efficacité déterminante pour appréhender et transmettre les catégories du réel. Dans ce cas, « exemple » signifie « exemplaire », dans le sens de modèle à suivre. (DIAS, 2007a, p.83)

b) Gramáticas formais: têm por princípio mostrar que a língua é constituída por aspectos formais. Nesse tipo de gramática não importam os tipos de exemplos utilizados, não mais se torna relevante que eles façam parte de um *corpus* de vocábulos ou sintagmas produzidos pela mídia impressa, por escritores renomados, como pretende o 1º perfil de gramática descrito acima. Importa que tais exemplos se encaixem na regra estabelecida pela ordem formal das construções. Sendo assim, “connaître une langue inclut l'acquisition de l'aptitude à reconnaître dans une séquence linguistique un ensemble de

traits formels acceptés comme structurant cette séquence, en tant qu'unité de langue.” (DIAS, 2007a, p.84).

c) Gramáticas funcionalistas: propõem a apreensão da língua como a captação de um uso. Os exemplos, nesse perfil de gramática, são extraídos de um *corpus* que foi construído num processo interlocutivo e que funcionou comunicativamente, independente de seu prestígio social. É importante dizer que a proposta de correlacionar forma e função encontra lugar na teoria funcionalista, que tem por princípio que a estrutura da linguagem não pode ser adequadamente estudada sem referência à função comunicativa, ou seja, sem a incorporação da pragmática na gramática. “We propose to study grammar and discourse together in order to understand how language comes to be what is.” (DU BOIS, 2003, p.48).

Dias (2007a) admite, ainda, três pilares que sustentam as concepções acerca das produções de gramática, sendo eles: *projeção de completude* – a gramática tem um compromisso com uma integralidade de língua; *conformação tipológica* – os estudos gramaticais se inserem em uma tipologia (classificatória, descritiva) já estabelecida, ou seja, esses estudos são afetados por uma nomenclatura já sedimentada pelo uso em outras gramáticas, entretanto, isso não os impede de suscitarem novas projeções, mas os inibe de realizar deslocamentos sem que os mesmos estejam pautados na produção gramatical já consagrada; *diretriz pedagógica* – uma gramática é feita para mostrar como uma língua é, quais são seus pilares de funcionamento, enfim, como deve ser compreendida por seus usuários.

2.1.1 BASES DE SUSTENTAÇÃO DO FATO GRAMATICAL

Passemos agora, como já mencionado, a abordar a concepção que se estabelece acerca do fato gramatical, por entendermos que esse aspecto é de suma importância para a percepção de como as gramáticas têm sido produzidas atualmente.

É através da escolha de como abordar o fato gramatical que se pode ou não realizar uma sintaxe para a semântica da enunciação.

De acordo com Dias (2007a) três condições bastante diversas sustentam o fato gramatical e direcionam o foco de análise para uma vertente ou outra da língua, podendo até mesmo agirem juntas dentro de um mesmo perfil de gramática. São elas: condições distributivas, atributivas ou operativas.

2.1.1.1 CONDIÇÕES DISTRIBUTIVAS

As condições distributivas se referem a como os itens lexicais se distribuem na sentença e à relação de interdependência que tais itens estabelecem entre si e/ou com as cenas do mundo. Trata-se, portanto, da análise das unidades a partir do processo de articulação dos elementos na sentença. Nesse sentido, percebemos que para se atribuir função sintática é preciso ligá-la a “ser” ou a “termo”. A função “objeto”, por exemplo, nas gramáticas de linha tradicional tem que estar ligada a “ser”. Rocha Lima (1968, p.232) diz que o objeto direto indica: “a) o ser sobre o qual recai ação: Castigar o filho./Louvar os bons.” Na perspectiva assumida por Dias (2007a), classificar “o filho” e “os bons” como objetos dos verbos “castigar” e “louvar”, conforme propõe a conceituação de Rocha Lima, é assumir que esses dois complementos – participantes da estrutura lingüística da sentença - apresentam-se como seres sobre os quais as ações originárias dos verbos castigar e louvar recaíram. Ainda conforme Dias, essa necessidade de se agregar elementos externos ao lingüístico (ser) aos componentes orgânicos da cadeia (“o filho” e “os bons”) possibilita afirmar que, conhecer o item sintático objeto “implique l’apprentissage de ce que produit la confluence de deux ordres, donc implique l’apprentissage du mouvement de convergence, à travers lequel le monde extérieur acquiert de la pertinence dans le discours sur le langage.” (DIAS, 2007a, p.85). Já em determinadas gramáticas de base formal, a função sintática “objeto” adquire o status de “termo”, como, por exemplo, em Macambira (1987) que, a princípio, enquadra essa categoria gramatical sob a definição de *termo integrante*, o que o coloca inicialmente na mesma conceituação de outras estruturas como agente da passiva e complemento nominal. Logo em seguida, atribui ao objeto três definições, todas elas oferecendo ao elemento sintático a acepção de *termo*. Diz Macambira:

- “...- Primeira definição de objeto: é o termo em que recai a significação o verbo. ...
 - Segunda definição: é o termo que completa a significação de verbo transitivo...
 - Terceira definição: é o termo...que esclarece o que se deseja saber do sintagma-predicado....” (MACAMBIRA, 1987, p.223-224)

Os dois perfis de gramáticas citados exemplificam as condições distributivas do fato gramatical. “Sous ces conditions, le sujet et l’objet acquièrent le statut d’êtres (par la confluence entre la pensée et le réel) ou de *termes* (par la distribution d’unités dans la structure).” (DIAS, 2007a, p.86) . Essa análise nos faz perceber que, levar em conta apenas as condições distributivas do fato gramatical, significa produzir um achatamento da noção de língua cujas, regras são constituídas apenas organicamente.

2.1.1.2 CONDIÇÕES ATRIBUTIVAS

Ainda de acordo com Dias (2007a), a passagem das condições distributivas para as atributivas pode ser considerada o ponto nodal para o desenvolvimento da sintaxe, uma vez que estas prevêm a existência não mais de termos na configuração da cadeia e sim de lugares sintáticos. Essa noção de “lugares-suporte” equivale àquela proposta pela teoria gerativa que se refere a essas projeções sintáticas como “posição”. Nas palavras de Silva (1996, p.19) “...se se insere um verbo transitivo como *encontrar* na estrutura, sabe-se que na Estrutura-P, por conta do léxico, ele deve ter uma posição de objeto para a inserção lexical do complemento interno deste verbo.” A diferença é que para os gerativistas o interesse no estabelecimento dessas posições na estrutura sintática da sentença se deve ao fato de que eles entendem a linguagem como uma “faculdade humana, um sistema biologicamente determinado, organizado de maneira precisa, localizado em alguma parte do cérebro humano.” (SILVA, 1996, p.17). Daí o interesse da gramática gerativa em buscar estabelecer

quais são os meios utilizados pelo cérebro humano para produzir aquilo que se chama linguagem. Para atingir esse objetivo, levanta-se

a hipótese de que se trata de um sistema modular, isto é, um sistema composto de vários subsistemas, cada um deles responsável por uma parte diferente do processo de produção/interpretação da linguagem. (SILVA, 1996, p.17)

Sendo assim, a postura assumida pelo gerativismo em relação ao foco de análise dessa pesquisa – objeto verbal projetado pelo verbo e não explícito no enunciado - seria a de ignorá-lo, uma vez que para a teoria gerativa não interessa vislumbrar a ocupação dessa posição, desse lugar sintático, basta marcá-lo como categoria vazia. Na verdade, as condições atributivas bastam aos gerativistas para o interesse de estudo da linguagem que a teoria por eles adotada estabelece. Não é o que acontece na perspectiva da semântica da enunciação que, como veremos adiante, pretende associar as condições atributivas e operativas para o estudo do fato gramatical.

Segundo Dias (2007a), algumas gramáticas de perfil tradicional como a de Evanildo Bechara (1999) e aquelas de concepção funcionalista também concebem o fato gramatical sob a ótica das condições atributivas. Revisando Bechara (1999, p.416), Dias (2007a, p.86) afirma em seu trabalho que le « signe lexical de nature substantive » qui occupe la place de l’objet est, en vérité, un représentant de la place-argument” e, retomando as idéias de Borba (1996, p.21) diz que “posição paralela toma a linha da gramática funcionalista: os actantes são itens lexicais que preenchem os argumentos.” Por essa concepção, percebemos que é possível atribuir-se função sintática sem que ela esteja ligada a “ser” ou a “termo”, como proposto nas condições distributivas.

É importante reafirmarmos que nas condições atributivas os lugares sintáticos são projetados e podem ou não serem ocupados. No caso específico desse trabalho, será analisada uma projeção que foi realizada pelo verbo, o lugar de objeto, mas que não se materializou linguisticamente no enunciado e, mesmo assim, foi saturada a fim de que a enunciação ganhasse eficácia a partir de um efeito de completude.⁶

⁶ A expressão “efeito de completude”, como já pôde ser percebido, será amplamente utilizada nessa pesquisa, uma vez que compreendemos o sentido não como algo alojado no lingüístico, transparente e literal, mas como um construto enunciativo, que é produzido no acontecimento, através da inscrição de um sujeito afetado sócio-historicamente pela posição que assume na enunciação.

2.1.1.3 CONDIÇÕES OPERATIVAS

Em relação às condições operativas do fato gramatical é possível afirmar que além de preverem a existência dos lugares sintáticos, delineiam como fundamental buscar as condições de ocupação de tais lugares, bem como analisar qual a repercussão desse preenchimento fora da cadeia orgânica da sentença. Seria um trabalho de

- a) perguntar quais seriam as alternativas de recursos lingüísticos a serem utilizados;
- b) comparar os efeitos de sentido que podem produzir em dada situação de interação comunicativa;
- c) comparar os efeitos de sentido que um recurso ou diferentes recursos podem produzir em diferentes situações de interação comunicativa. (TRAVAGLIA, 1996, p.245)

As condições operativas nos levam a entender que o sentido de um enunciado não tem relação só com a sua estrutura, e sim com a história dos sentidos do próprio enunciado, com outros sentidos de outros enunciados, com a relação dos enunciados com as coisas sobre as quais ele fala, etc. (GUIMARÃES, 2006, p.120). Ou seja, o sentido está no potencial das enunciações nas quais essa sentença foi proferida.

Os perfis de gramática que não incluem as condições atributivas em sua forma de concepção, conseqüentemente, não admitem também as operativas, uma vez que não propõem a existência de lugares sintáticos na organização da sentença. Em se tratando daquelas perspectivas de gramáticas tradicionais em que as condições atributivas estão presentes, como é o caso da já citada gramática de Bechara (1999), Dias (20057b) diz que essas condições (as operativas) não estariam na órbita da gramática, mas do texto, enquanto nas gramáticas funcionalistas, continua Dias

ces conditions appartiendraient bien au cadre du fait grammatical. Pour cela, elle cherche à investir dans le développement d'une typologie des rôles sémantiques projetés par le verbe, tels que agent, expérimentateur, patient, causatif, qui peuvent remplir aussi bien l'argument-sujet que l'argument-objet. ” (DIAS, 2007a, p.87)

Percebemos, assim, que para o Funcionalismo a pragmática é parte constitutiva do fato gramatical.

2.1.2 O FATO GRAMATICAL NA ÓTICA DA SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO

Caminhamos, então para tentar analisar como a Semântica da Enunciação concebe o fato gramatical e sobre qual fundamentação pretende realizar um trabalho no campo da sintaxe.

De acordo com as idéias de Dias (2007b), a linguagem é produzida através da relação entre a dimensão material e a dimensão simbólica, dimensões essas que não se correspondem em perfeita equivalência, mas que reclamam, no processo constitutivo do lingüístico, efeito de saturação.. “Em outras palavras, temos, de um lado, formações simbólicas não projetadas nas unidades e nas formas articuladas; de outro, formas articuladas que projetam formações simbólicas dispersas..” (DIAS, 2007b, p.193)

Ainda segundo o autor, essa “demanda de saturação” suscita que os estudos sintáticos fundamentem seu trabalho em torno da relação de dois planos: o plano da organicidade – correspondente à dimensão material da língua, não funciona de maneira autônoma, é o plano das formas - e o plano da enunciação – que se associa à dimensão simbólica e se faz pelo funcionamento da língua.

A abordagem proposta pela teoria utilizada nesse estudo baseia-se na construção de uma sintaxe de base orgânica e enunciativa que opere com as condições então apresentadas de modo a definir o fato lingüístico

a partir da tensão entre uma estabilidade da unidade, marcada na linearidade, isto é, pontuada na horizontalidade (condições distributivas e atributivas) da ordenação do arranjo sintático, de um lado, e a verticalidade (condições operativas) própria de um domínio de forças a ser representado, de um outro. (DIAS, 2002, p.53)

Tentemos exemplificar a afirmação anterior tomando por base o fato gramatical que sustenta as análises propostas por essa pesquisa. Observemos a utilização do verbo *receber* na piada abaixo:

(5) Interlocutor 1: Sua mãe tá aí. Você não vai receber?

Interlocutor 2: Receber por quê? Por acaso ela me deve alguma coisa?

(POSSENTI, 1998, p.32)

Constatamos que se trata de um texto que pertence a um gênero humorístico, logo, sua construção discursiva se estabelece tendo em vista essa finalidade. Percebemos que o verbo *receber* projeta um lugar de objeto que não é ocupado e essa não ocupação permite que esse enunciado seja inserido em dois discursos distintos. Para o interlocutor 1, o termo que orienta o domínio de sentidos de sua interrogação, funcionando como *objeto* passível de ocupação do lugar projetado pela forma verbal *fazer*, é “a sua mãe” ou a forma pronominal anafórica “la”, por exemplo. Já o interlocutor 2, seja por inocência, por ironia, por tentativa de humor, ou por outro motivo qualquer, prevê como possibilidade de preenchimento desse lugar sintático termos cujo domínio referencial seja constituído em torno do campo dos bens, como a expressão “dinheiro”, por exemplo. O que torna o texto interessante é o fato de que, mesmo tratando-se de extratos de ocorrência distintos, os termos “a sua mãe” e “dinheiro”, constituem-se como possibilidades de sustentação discursiva para a sentença. Porque temos, então, a configuração do aspecto humorístico do enunciado? Isso acontece porque a ocorrência de objetos do verbo *receber*, em uma enunciação com características daquela proferida pelo interlocutor 1, guarda trajetos de sentidos muito mais próximos daqueles suscitados pelo item lexical “a sua mãe” do que pelo termo “dinheiro”. Trata-se, na verdade, de um espaço de memória discursiva que dá ao objeto um caráter de institucionalização. Ao se quebrar essa institucionalização, mas trabalhando no campo das possibilidades, cria-se, então, o humor. Nesse sentido, Pêcheux (1998) afirma que faz parte da sintaxe tanto o jogo das regras quanto o jogo sobre as regras, no mesmo lugar onde elas se constituem. Nas palavras do autor,

nesta perspectiva, a sintaxe seria, ao contrário, o que toca de mais perto no próprio da língua enquanto ordem simbólica, com a condição de dissimetrizar o corpo das regras sintáticas, construindo aí os efeitos discursivos que o atravessam, os jogos internos destes ‘espelhamentos’ léxico-sintáticos através dos quais toda construção sintática é capaz de deixar aparecer uma outra, no momento em que uma palavra desliza sobre outra palavra. (PÊCHEUX, 1998, p.28)

Dessa forma, para a Semântica da Enunciação fatores de natureza enunciativa são pertinentes à constituição do fato gramatical, ou seja, na posição teórica que assumimos não cabe à gramática apagar esses fatores. As categorias enunciativas são constitutivas da linguagem e, portanto, pertinentes, também, à constituição do fato

gramatical. Isso impulsiona a gramática, a reconhecê-las, e não apagar sua pertinência, tampouco tratá-las como fatores externos à estruturação sintática do enunciado com o qual se relacionam. Sobre esse assunto Dias (2007b) argumenta em favor da tese de que

O fato lingüístico é afetado por uma tensão entre a constituição do arranjo sintático (no plano da organicidade), e a verticalidade advinda de uma demanda de saturação (no plano da enunciação), produzindo como resultado uma injunção à unidade desse arranjo. É por essa verticalidade que são ‘veiculados’ os extratos de ocorrência que afetam a articulação. A constituição do espaço sintático seria constitutivamente permeado pelo semântico, portanto. (DIAS, 2007b, p.198)

Sendo assim, assumir uma “perspectiva segundo a qual unidades se organizam em núcleos organicamente estruturados é apenas o ponto de partida de um estudo de língua na área da gramática” (DIAS, 2003, p.59). Nessa direção, o que se faz necessário é uma abordagem de gramática que seja “capaz de explicar o funcionamento da língua, trabalhando a relação entre a configuração orgânica e suas projeções de acionamento enunciativo.” (DIAS, 2005a, p.121).

2.2 TRANSITIVIDADE VERBAL: DISCUSSÕES SOBRE O LUGAR DE OBJETO

A questão da transitividade vem sendo apresentada nas gramáticas como algo passível de poucas discussões. Trata-se de um fato gramatical cuja definição se fundamenta em conceitos já estabelecidos e cuja presença afeta a construção de novos manuais. Isso constitui um dos pilares que sustentam as concepções acerca das produções de gramática, já descrito anteriormente, ou seja, a conformação tipológica.

Nas gramáticas de perfil tradicional essa questão é posta sobre o prisma da complementação do sentido do verbo. Basta recuperarmos alguns conceitos propostos por autores que participam desse grupo de gramáticos para percebermos que à significação do verbo é atribuído o conceito de transitividade. É o que podemos notar, por exemplo, nas palavras de Rocha Lima (1968):

Verbos há que são suficientes para, sozinhos, representar a noção predicativa. Chamam-se intransitivos.

Exemplos:

Neva.

O soldado morreu.

Outros, ao contrário, requerem, para a cabal integridade do predicado, a presença de um ou mais termos que lhes completem a compreensão.

São os verbos transitivos.

Exemplos:

A criança encontrou. } (O quê?)
A criança comprou. }

(ROCHA LIMA, 1968, p.228-229)

Tomando por base as idéias defendidas por Dias (2005a), pretendemos redimensionar essa noção de transitividade verbal proposta pelas gramáticas tradicionais, e mesmo por algumas de base não-tradicional, que explicam a presença de um objeto em um enunciado pela determinação de um verbo transitivo e, conseqüentemente, a ausência desse complemento por força de um verbo intransitivo.

No caso dos exemplos citados por Rocha Lima é possível começarmos a explicar o porquê de pretendermos dar um novo tratamento à noção de transitividade.

Quanto aos verbos *nevar* e *morrer*, classificados pelo autor como intransitivos, por apresentarem sentidos “completos”, como explicar o aspecto de completude inerente a eles, tomando por base os enunciados abaixo?

(6) Ontem nevou no Porto!

Claro que é uma neve especial, cai em bolinhas pequenas e redondas, e se não se tiver cuidado ainda nos vaza um olho, mas seja como for também é branca e deixa rasto nas estradas! E ontem ficou tudo branco, durante cerca de 10 minutos, mas não quero saber! *Nevou uma neve especial*, mas nevou!⁷

(7) Se, Aggivessana, o elefante real morre velho indomesticado e indisciplinado, então ele é considerado um elefante velho que *morreu uma morte indomesticada*.⁸

E ainda, como sustentar, a afirmação de que as formas verbais *encontrar* e *comprar* exigem, um objeto que lhes complete a significação, se tomarmos por base os exemplos que seguem?

⁷ In: <http://omeio.blogspot.com/2006/02/ontem-nevou-no-porto.html>. Acesso em 21/01/2008

⁸ In: <http://www.acessoaoinsight.net/sutta/MN125.php>. Acesso em 21/01/2008

- (8) Deus sempre tem o suprimento de todas as nossas necessidades. Mas nós nos omitimos e não o buscamos. Acharmos que Ele tem a obrigação de cuidar de nós, independentemente do que fazemos ou deixamos de fazer.(...) Não se trata de aceção de pessoas, mas da lei de causa e efeito: quem procura, encontra.⁹
- (9) Esta administração é a favor do desenvolvimento da cidade, sem favorecer este ou aquele grupo (...) é apresentada estatística comprovando que a atual Administração comprou muito mais, em termos percentuais, de empresas de Limeira que na administração anterior.¹⁰

Dois questionamentos, segundo Dias (2005a, p.103), devem ser feitos mediante essas constatações: “(a) questionamos se é somente nesses... enunciados que essas palavras se mostram incompletas” - e aqui nos voltamos aos exemplos de Rocha Lima: *A criança encontrou* e *A criança comprou* – e “(b) questionamos se essas... palavras são inerentemente incompletas na sua significação, independente dos enunciados que as abrigam.”.

Essa parece ser uma questão séria a ser discutida sobre o aspecto da transitividade, uma vez que, sob a perspectiva tradicional, o conceito de verbos transitivos e intransitivos se reduz a ocorrências específicas, a exemplos-ilha, abrangendo parcialmente esse fato gramatical.

Analisando o que propõem as abordagens formalistas, percebemos que a questão da transitividade não está posta mais sob a ótica da “complementação do sentido verbal”. Os formalistas vêem esse aspecto como algo que diz respeito à estrutura do enunciado. Perini (1996) analisa o fato sob o prisma da relação termo regido/termo regente, ou seja, coloca-o no mesmo patamar de análise, observadas as devidas especificidades, da concordância e da regência verbal. Para o autor, o fenômeno da transitividade acontece por força de um verbo (termo regente) que possui a propriedade de estipular certos traços da estrutura em que ocorre, sendo o objeto (termo regido), portanto, um elemento que faz parte da configuração do enunciado, ou seja, um item lexical que foi chamado a integrar a estrutura sentencial por exigência do verbo. Logo, segundo Perini, existem verbos que recusam objeto, outros que exigem e outros ainda que o aceitam livremente. Nesse sentido, “a descrição das transitividades deve ser feita

⁹ In: <http://br.groups.yahoo.com/group/cronicasdoprwagner/message/1307>. Acesso em 21/01/08

¹⁰ In: <http://www.limeira.sp.gov.br/file/noticia.php?cod=2894>

em termos de exigência, recusa e aceitação livre de cada uma das funções relevantes.” (PERINI, 1996, p.164).

Segundo Dias (2005a, p.112), novamente a noção de completude é posta nos conceitos trazidos pelas gramáticas formais uma vez que “a completude, nesse caso, aparece como uma resposta às demandas das propriedades lexicais dos vocábulos que compõem a sentença”.

Como podemos perceber, o aparato teórico que sustenta a análise não mais se baseia em perspectivas de ordem semântica e sim de caráter sintático. Mesmo admitindo que a transitividade de um verbo apresente alguma relação semântica, Perini (1996) deixa claro que se trata de uma correlação que não é capaz de prever a transitividade de um verbo. Utilizando a sentença

(10) Essa galinha põe todos os dias.

para justificar o funcionamento do verbo *pôr* como um item sintático que recusa objeto direto, o autor oferece a seguinte explicação:

Pôr sem OD só aparece em situações muito particulares, impossíveis de caracterizar gramaticalmente. Trata-se de uma especialização do verbo para determinada situação (no caso, de aves botando ovos), que pode ser considerada gramaticalmente marginal e não levada em conta para efeitos do estudo dos traços sintáticos do verbo. (PERINI, 1996, p.172-173)

É interessante observar que, segundo Perini, alguns verbos como “fazer”, na ocorrência B do diálogo exemplificado em (11), encontram-se em situação anafórica.

(11) A: Você fez o exercício?
B: Fiz.

Nesse caso, de acordo com a posição defendida pelo gramático, as situações anafóricas devem ser desconsideradas para o estudo gramatical. Nessa direção, o verbo *fazer*, que só recusaria complemento em situações cujo referente pudesse ser recuperado pelo contexto, continuaria sendo um verbo que exige a presença de um objeto direto.

O que parece não encontrar sustentação nessa explicação de Perini é o exemplo abaixo:

- (12) Polêmico, irreverente e persistente, não obstante a falta de apoio e reconhecimento, *José Rubens Brumana é gente que faz*. A cidade é pequena para as incursões a que o professor cotidianamente se propõe.¹¹

Na ocorrência acima, o verbo fazer não demanda a busca de um referente anafórico para que a estruturação da sentença ganhe efeito de completude. Teríamos aqui, portanto, um exemplo de ocorrência de recusa de objeto por parte desse verbo? Adiante voltaremos a esse exemplo para tentarmos fornecer elementos que talvez funcionem como resposta a essa questão.

Quanto à posição da gramática de valências sobre a transitividade verbal, é possível notarmos uma certa proximidade teórica com aquela assumida pelo formalismo. Para essa vertente de gramática, a estrutura argumental do verbo desencadeia a seleção dos nomes que preencherão os argumentos verbais, bem como especifica a quantidade de argumentos por ele selecionados. Aos verbos se associam argumentos que passam, então, a exercer vários papéis semânticos, como, por exemplo, realizador da ação ou agente, objetivo da ação ou do processo, afetado, estímulo, causa imediata, origem, meta ou beneficiário da ação, etc. É importante ressaltar que esses argumentos podem assumir a posição de argumento-sujeito ou argumento-objeto.

Percebemos que, na gramática de valências, dúvidas muito próximas àquelas suscitadas na gramática formalista ainda se estabelecem quanto à transitividade verbal. Ainda que seja levantada nessa última abordagem a projeção, pelo verbo, de lugares a serem preenchidos por argumentos, ainda prevalece a noção de completude em torno da transitividade verbal. Afinal, segundo Borba, “o complemento completa (conclui, acaba) semanticamente a oração, sendo o constituinte que faz parte da estrutura interna do sintagma verbal, isto é, representa um argumento realizado no interior da projeção máxima definida pelo predicado.” (BORBA, 1996, p.13)

Na tentativa de pensarmos um pouco mais sobre esse problema é que, orientados pelas idéias de Dias (2005a), pretendemos:

¹¹ In:<http://www.portalmaratimba.com/noticias/news.php?codnot=211541>. Acesso em 21/01/2008

- a) conceber o conceito de lugar sintático sem se colocar inteiramente afetado pelos conceitos de “necessidade” e de “complementação”, que trazem o problemático pressuposto da completude;
 - b) elaborar parâmetros de ocupação dos lugares sintáticos.
- (DIAS, 2005a, p.14)

Para desenvolvermos as idéias propostas acima é preciso que assumamos, então, uma outra perspectiva sobre transitividade verbal.

Revisando gramáticas antigas, Dias (2006a) encontra no gramático Maximino Maciel (1931), em gramática cuja 1ª edição data de 1894, um trabalho sobre transitividade que nos leva a refletir sobre essa questão de maneira diferente daquela realizada pelas gramáticas apresentadas até então nesse trabalho. Se nos basearmos nas idéias defendidas por Maciel é possível afirmarmos que “...a incompletude não é algo da significação do verbo, mas da sua condição de participante de um predicado que requer um objeto para integralização” (DIAS, 2006a, p. 58).

Expliquemos melhor.

O gramático faz alusão a seis funções sintáticas da palavra, entre as quais inclui a função objetiva, que é definida como aquela “a que se transmite imediata ou mediadamente a acção do verbo de predicação incompleta.” (MACIEL, 1931, p.280). Vista sob esse ângulo, a noção de completude ganha outros contornos que não algo inerente ao vocábulo verbal. O verbo torna-se elemento integrante de uma predicação que solicita um complemento.

Voltando ao exemplo do verbo *fazer* citado no exemplo (12), não se trata aqui de perguntar se o verbo “fazer” é uma forma verbal transitiva e, portanto, foi usada intransitivamente nessa ocorrência (“...José Rubens Brumana é gente que faz”), como diriam as gramáticas tradicionais - o que acarretaria, na verdade, um esvaziamento do conceito de transitividade proposto por esses manuais. Tampouco seria o caso de afirmarmos que o verbo encontra-se em condição anafórica e que, portanto, isso desautorizaria o estudo dos traços sintáticos apresentados por esse item lexical. Em relação à ocorrência (12), torna-se importante entendermos que a forma verbal *fazer* constitui-se como participante de uma predicação que dispensa outro termo (de função objetiva nas palavras de Maciel) para fazer com que a enunciação ganhe expressividade e apresente efeito de completude. Diferente seria, por exemplo, se esse mesmo verbo fizesse parte da predicação abaixo:

(13) *Papa faz apelos* e reflete sobre a visão bíblica da história.¹²

Em (13) temos um predicado que orienta a presença do objeto *apelos*. Logo, com formais verbais idênticas (fazer) “podemos ter, na terminologia de Maciel, predicados que só se mostram completos com a presença do termo de função objetiva” e predicados que se constituem sem o termo de função objetiva, sem prejuízo da completude” (DIAS, 2006a, p.58).

Trabalhando com olhar voltado para a transitividade sobre esse prisma de análise, temos a possibilidade de ampliar as discussões sobre o assunto e incluir elementos na análise desse fato gramatical.

Na verdade, trabalhamos com a teoria de que a sustentação da ocupação do lugar-sintático “objeto verbal” não está apenas na estrutura argumental do verbo e que

a constituição do objeto se desenvolve numa dimensão mais ampla do que aquela constituída pelo campo lexical do verbo. Dentre os elementos que compõem o fenômeno da ocorrência de objeto numa sentença, não podemos negar a importância do verbo na configuração do lugar sintático. Mas há um outro lado importante do fenômeno: os domínios de referência na ocupação desse lugar. (DIAS, 2005a, p.118)

Segundo Dias (2006a), é preciso que pensemos o complemento verbal como integrante de uma predicação que “se situa numa órbita mais ampla do que aquela circunscrita pelo verbo.” Nesse sentido, trabalhamos com a hipótese sugerida pelo autor de que há dois tipos de predicação: *a predicação dirigida*, que se realiza quando seu efeito de completude é orientado para um objeto e *a predicação centrada* que ocorre quando apresenta uma significação orientada para o próprio verbo. Dessa forma:

na medida em que nos afastamos da necessidade de classificar os verbos em transitivos ou intransitivos, segundo a completude ou incompletude de significação a ele inerente, podemos ampliar o campo de abordagem da transitividade, recorrendo às condições enunciativas de ocupação do lugar de objeto, segundo o grau de

¹² In:<http://www.cot.org.br/noticias>. Acesso em 24/01/2008

amplitude dos domínios de referências que se instalam no plano do enunciável. E isso é determinante para que tenhamos a possibilidade de predicação centrada e predicação dirigida. (DIAS, 2006a, p.65)

Esses dois tipos de predicação voltaremos a discutir melhor nesse trabalho.

O que parece importante, então, é percebermos que nessa perspectiva teórica pretendemos aproximar sintaxe e enunciação. Ou seja, pretendemos propor uma abordagem gramatical que seja capaz de associar o plano orgânico e o plano enunciativo. Interessa-nos, portanto, além perceber a projeção do lugar-sintático “objeto verbal”, analisar sob quais condições enunciativas se dá a ocupação ou não desse lugar e quais as repercussões que esse preenchimento (ou a ausência dele) irá gerar fora da cadeia orgânica da sentença.

CAPÍTULO II

DISCUSSÃO SOBRE OS DADOS

“Compreender o silêncio não é, pois, atribuir-lhe um sentido metafórico em relação ao dizer, mas conhecer os processos de significação que ele põe em jogo. Conhecer os seus modos de significar.”

(Eni. P. Orlandi)

3 O SILÊNCIO SINTÁTICO COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO DO SENTIDO

Optamos por iniciar este capítulo de análise situando os dados que compõem o *corpus* de nossa pesquisa sobre o ponto que fundamenta nossas discussões: a não-ocupação do lugar sintático objeto verbal. Esse fato gramatical corresponde ao que nomeamos de silêncio sintático.

Para sistematizar nossas discussões, começemos por buscar a etimologia da palavra silêncio. De acordo com Cunha (1982, p. 722), o vocábulo silêncio se origina da palavra latina *silentium* e significa interrupção de ruído, calada, estado de quem se cala. Partindo dessas definições podemos pressupor o motivo de o silêncio assumir um sentido pejorativo de omissão, de passividade. Afinal, os trajetos de sentidos que operam na constituição histórico-social dessa palavra orientam-na para que a percebamos como a privação do dizer. Segundo Orlandi (1995, p.12), “o silêncio foi relegado a uma posição secundária como excrescência, como o ‘resto’ da linguagem.” E, assim como pensa a autora, “nosso trabalho o erige em fator essencial como condição do significar.”

Já acenamos para esse fato quando assumimos a posição de que a língua chama para dentro de si a incompletude, o não-dito, a multiplicidade de sentidos, o simbólico dos dizeres, que se inscrevem no próprio dizer. Assim, quando afirmamos que os sentidos são múltiplos e que só se manifestam enquanto efeitos de sentidos em determinado acontecimento enunciativo, através do entrelaçamento com outros sentidos (interdiscurso) que circulam na memória discursiva, estamos instalando a hipótese de que

“o silêncio é contínuo e há sempre ainda sentidos a dizer. (...) é nessa perspectiva que consideramos a linguagem como categorização do silêncio, isto é, ela é a gregaridade, a possibilidade de segmentação, ou melhor, o recorte da significação em unidades discretas. Entretanto, uma vez recortado, o sentido permanece sempre a ser ainda dito. Se o silêncio não tivesse um sentido em si mesmo, uma vez categorizado, este sentido seria definitivo. (ORLANDI 1995, p.73-74)

É importante explicar que, para efeito de nossas discussões, estamos considerando o tipo de silêncio denominado por Orlandi como *silêncio constitutivo*, que “nos indica que para dizer é preciso não-dizer” (ORLANDI, 1995, p.24).

A autora ainda nos propõe duas outras caracterizações para o silêncio. Uma seria aquela que considera o *silêncio* como *fundador*, um silêncio “que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro” (ORLANDI, 1995, p.14). Ver o silêncio como “fundante” significa, para a autora, imaginá-lo como parte integrante da própria palavra, do próprio dizer, como condição do significar.

“Segundo esta perspectiva, a busca da completude da linguagem – o que implicaria a ausência do silêncio – leva à falta de sentido pelo muito cheio, mesmo se, do ponto de vista estritamente sintático, há gramaticalidade. Exemplo: ‘A mulher que eu vi que tinha um livro que era amarelo que tinha comprado para seu primo que morava ao lado...’ ” (ORLANDI, 1995, p. 71)

Nessa direção, os discursos estão permeados pelo silêncio e essa relação entre silêncio e dizer é estabelecida pelo sujeito, durante o processo discursivo, ainda que de maneira não consciente. Ou seja, o silêncio opera também no inconsciente da possibilidade do não-dizer.

Um outro tipo de silêncio, definido por Orlandi, que também se afasta daquele que tomamos como base de nossas análises, é o *silêncio local*. Esse tipo de silêncio também integra a categoria que Orlandi denomina “política do silêncio”, assim como o silêncio constitutivo – com o qual trabalharemos. A diferença entre os dois é que o *silêncio constitutivo* opta pelo não-dizer, por considerar que o uso de “uma palavra apaga necessariamente as ‘outras’ palavras” (ORLANDI, 1995, p. 24), enquanto o *silêncio local* se refere à censura propriamente dita, a “aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura” (ORLANDI, 1995, p. 24).

Tomando como orientação o silêncio constitutivo, voltamos, então, nossa análise para o domínio da sintaxe. Percorrendo o campo dos estudos sintáticos, encontramos ocorrências em que o silêncio se manifesta como elemento importante para o ato de significar. Um desses casos, que passamos a descrever aqui através de exemplos, situa-se na órbita da transitividade.

Relembremos o tratamento dado pela sintaxe tradicional, e até por algumas de base não-tradicional, às formas verbais que compõem o anúncio abaixo:

(14)

13



Como sabemos, a análise realizada pela tradição gramatical sobre as formas verbais “falou” e “ouviu” que compõem o enunciado dessa propaganda da Volkswagen situa-as como verbos transitivos que foram utilizados intransitivamente. Ou seja, as posiciona como itens lexicais de sentidos completos que não necessitam de outro termo para a integralização de seu sentido. Sendo assim, o objeto simplesmente não existiria nesse enunciado por ser dispensável para a produção do sentido, uma vez que esse complemento está diretamente relacionado às formas verbais e estas o excluem de suas constituições.

Entretanto, o lugar teórico de onde analisamos esse fato - transitividade dos verbos “falar” e ‘ouvir’ - posiciona o objeto não como um constituinte inexistente nesse enunciado. Trata-se, antes, de um ocupante de um lugar projetado por essas formas verbais que não se configura como elemento lingüístico explícito, mas que precisa fazer parte da constituição da sentença para que ela ganhe efeito de completude. A isso estamos chamando de silêncio sintático.

¹³ O texto do anúncio é construído de modo a utilizar apenas a marca da empresa e seis palavras. Para compreendê-lo, precisamos ter algumas outras informações que compõem o corpo da propaganda.

1^a) A Volkswagen foi líder no mercado nacional de automóveis, por um período de tempo muito longo.

2^a) Nos últimos anos, o mercado foi tomado pelo lançamento de novos carros nacionais, de todas as marcas, mais bonitos, modernos e baratos, e também pela entrada no mercado dos importados, o que aumentou ainda mais a competição entre os fabricantes, chegando a ameaçar a liderança da Volkswagen.

3^a) Apesar da competição, a Volks continua sendo líder de mercado.

Explicamos melhor. Percebe-se que os dois verbos do anúncio, normalmente utilizados como transitivos (nomenclatura usada pela gramática tradicional), não apresentam nesse contexto objetos marcados lingüisticamente. No entanto, esse fato não desfaz a evidência de que os lugares sintáticos para os objetos verbais estão delimitados e precisam ser preenchidos para que a enunciação se complete de maneira satisfatória.

Quanto ao primeiro “falou”, a hipótese que se cria para tal preenchimento é a seguinte:

(15) A concorrência falou as vantagens de seus produtos.

Em (15) a ocupação do lugar de objeto se constitui a partir de um processo de referenciação bem pontual: o verbo “falar”, associado à concorrência, orienta necessariamente a predicação de que participa a chamar a presença de um complemento que valorize os produtos dos concorrentes de mercado da Volkswagen. O que propomos é que na cena que se cria por ocasião desse dizer, desse acontecimento enunciativo, o domínio de sentido que sustenta a ocupação do lugar de objeto do verbo “falar” é bem claro, pois deve se ajustar a um recorte de significação sócio-historicamente delimitado por um anúncio publicitário dessa natureza. O papel da fala da concorrência para o mercado consumidor está bem demarcado socialmente e todas as suas tentativas discursivas operam no sentido de conquistar novos clientes.

Já em relação ao verbo “ouvir”, a possibilidade de ocupação do lugar por ele projetado torna-se ainda mais evidente, uma vez que a sentença anterior funciona como o domínio de referência para esse segundo preenchimento. Ou seja, se na propaganda “a concorrência falou as vantagens de seus produtos”, é de se concluir que:

(16) O consumidor ouviu a fala da concorrência.

Ou

(17) O consumidor ouviu a conhecida qualidade da Volkswagen.

Vale ressaltarmos que ao se pensar para a predicação da qual o verbo “ouvir” participa um complemento como em (16), necessariamente outros enunciados deverão seguir esse raciocínio, como, por exemplo:

(18)...mas não concordou com ela.

O mesmo vale para construções como (17). Só que dessa vez não se trata do estabelecimento de uma sentença complementar, como (18), e sim de uma reestruturação de (16). Ou seja, pensar que

(17) O consumidor ouviu a conhecida qualidade da Volkswagen.

equivale a pensar que:

(19) O consumidor não ouviu a fala da concorrência.

Afinal, trata-se de uma propaganda que pretende confirmar a preferência dos consumidores pelos carros produzidos pela Volkswagen, através da apresentação de pesquisa que coloca essa empresa como líder do mercado de automóveis. Logo, quaisquer dos objetos utilizados para integralizar a predicação com o verbo “ouvir” devem apresentar o mesmo recorte de sentido, de modo a desmerecer “ironicamente” a fala da concorrência.

Isso posto, percebe-se que o lugar-sintático “objeto verbal” será, necessariamente, preenchido, uma vez que foi projetado pelo verbo e que a língua permite que tal ocupação aconteça com palavras e/ou expressões assimétricas, desde que a enunciação garanta a simetria. Isso acontece porque o acontecimento enunciativo passa por um domínio histórico que faz funcionar a língua. “Assim, o domínio de referência é algo da relação entre um recorte determinado pelas condições históricas do acontecimento e uma injunção desse recorte ao lugar específico de configuração da forma lingüística.” (DIAS, 2005a, p.119). E é esse domínio referencial que possibilita a produção dos efeitos de sentido de um enunciado, dando-lhe, inclusive, a oportunidade de significar em silêncio.

Analisemos agora o verbo “apontar”, utilizado no anúncio que segue:

(20)



(GUIMARÃES F., 1997, p.336)

Na propaganda do CVV (Centro de Valorização da Vida), temos claramente o silêncio sintático como um recurso lingüístico fundamental para a construção da expressividade do texto. Novamente percebemos que o lugar de objeto é configurado pelo verbo, mas que a ocupação orgânica desse lugar não acontece. E, mais uma vez, podemos notar que “a falta de um elemento léxico não afeta a unidade da sentença, porque há uma memória de seu lugar que advém de outros extratos de ocorrência que são constitutivos do espaço sintático” (DIAS, 2007b, p.197). Referimo-nos, como pode ser percebido, à forma verbal “apontar”. Entretanto, essa não-ocupação ganha contornos diferentes daquela analisada anteriormente envolvendo os verbos “falar” e “ouvir”.

Na análise dos verbos presentes no anúncio da Volkswagen, tivemos oportunidade de perceber que as condições enunciativas que regulam o preenchimento dos lugares de objeto direcionam essa ocupação para um domínio de referência bem pontual. Fato contrário se estabelece com o verbo “apontar”. Em (20), há uma fuga da pontualidade referencial.

Sem realizar muito esforço, podemos acionar na memória dos dizeres em que se inscreve essa sentença um objeto utilizado com regularidade em sua constituição. Portanto, seria esperado que (20) fosse assim integralizada:

(21) Em caso de desespero aponte o revólver (uma arma) para o ouvido.

Entretanto, há um deslocamento desse sentido, sustentado pelas condições de enunciação que regem o enunciado. Trata-se de uma propaganda que pretende valorizar

a vida, dado o caráter social da instituição que a produz¹⁴. Logo, o objeto adquire sua identidade tendo em vista a esfera discursiva da qual participa. Outro dado que orienta o deslocamento é o recurso não-verbal que integra a constituição textual do anúncio. O desenho de um telefone também é peça importante para que a ocupação do lugar de objeto na sentença possa ser realizada da seguinte forma:

(22) Em caso de desespero aponte *o telefone* para o ouvido.

Vale ressaltar que só podemos trabalhar a noção de deslocamento em função da repetição, do hábito. O enunciado (22) corresponde a uma reestruturação de (21). Afinal, acreditamos que é “recorrendo ao já-dito que o sujeito resignifica. E se significa.” (ORLANDI, 1995, p.90). O que podemos perceber é que os diferentes percursos de sentido do verbo “apontar” são elementos que possibilitam a construção de domínios de referência também distintos para a ocupação do lugar de objeto. Trata-se de um intervalo entre uma memória de recorrências e uma atualidade de uso. Esse seria, então, o espaço do equívoco, espaço esse em que “os sentidos não se imobilizam... não perdem seu caráter errático: deslocamentos, equívocos e mudanças se produzem. E não param de produzir seus efeitos.” (ORLANDI, 1995, p. 94)

O interessante a ser percebido, no entanto, é que o publicitário, ao silenciar esse termo, não pretende que seja escolhido um ou outro item lexical para a ocupação desse lugar. A ocupação do lugar de objeto impediria a viagem dos sentidos. O silêncio sintático seria, portanto, um lugar na organicidade da sentença (no caso deste trabalho o lugar de objeto) que permite a possibilidade do movimento dos dizeres.

Um outro exemplo que pode ser utilizado para ilustrar essa percepção do silêncio sintático como um horizonte, e não como uma falta, acontece na campanha publicitária descrita a seguir.

¹⁴ O Centro de Valorização da Vida (CVV) foi fundado em 1962, em São Paulo, em decorrência do aumento do suicídio nas grandes metrópoles, tendo como objetivo a prevenção ao suicídio, através do apoio emocional oferecido por pessoas voluntárias às pessoas angustiadas, solitárias ou mesmo sem vontade de viver. Assim, iniciou-se o Programa CVV, ou simplesmente CVV, que hoje conta com 2500 voluntários, 57 postos distribuídos pelo Brasil, que se colocam gratuitamente à disposição de todos que necessitam de ajuda. (Adaptado de http://www.cvv.org.br/c_historia.htm - Acesso em 26/12/2007)

(23)



15

O slogan em (23) faz parte de um vídeo produzido pela associação Brasileira de Psiquiatria e visa enfatizar os transtornos mentais como doenças comuns que podem atingir qualquer pessoa, e que, por isso, são tratáveis e devem receber atenção como todas as outras doenças. O vídeo, que tem a duração de 30 segundos, apresenta profissionais de diversas áreas falando: “eu tenho”. Nele, um locutor explica a alta incidência dos transtornos mentais e a importância de procurar atendimento. A campanha termina de forma esclarecedora, utilizando a seguinte sentença:

(24) “Você tem o direito de ser feliz”.

Parece evidente que a enunciação, proferida pelos participantes do vídeo, silencia o lugar de objeto projetado pelo verbo “ter”, não porque pressupõe que haja uma ocupação imediata daquele lugar com o termo “doenças mentais”, mas porque prevê que essa não-ocupação possibilitará um aumento no horizonte de possibilidades discursivas passíveis de ocupar aquele espaço.

A análise realizada no parágrafo anterior ganha pertinência pelo fato de a ocorrência “o direito de ser feliz” também funcionar como expressão referencial, capaz de preencher o espaço sintático projetado pela predicação configurada em (23). Ou seja, quando as pessoas que participam da campanha dizem “Eu tenho”, estão compondo um enunciado com duas faces referenciais, que podem ser expressas da seguinte forma:

¹⁵ In: http://www.abpbrasil.org.br/newsletter/campanha_eutenho/ - Acesso em 22/01/08.

(25) Eu tenho doenças mentais

mas

Eu tenho o direito de ser feliz

Dessa forma, mais uma vez percebemos uma movimentação de sentidos sendo possibilitada pelo silêncio sintático do lugar de objeto.

Entretanto, vale explicarmos que considerar o silêncio sintático como um horizonte de possibilidades discursivas não significa atribuir a ele um *status* de esvaziamento, tampouco marcá-lo sob o signo de um “reservatório de dizeres”, visto que não apresenta um sentido específico. Voltemos à ocorrência (5) para ampliar um pouco essa discussão.

(5) Interlocutor 1: Sua mãe tá aí. Você não vai receber?

Interlocutor 2: Receber por quê? Por acaso ela me deve alguma coisa?

(POSSENTI, 1998, p. 32)

O gesto enunciativo, assumido pelos interlocutores 1 e 2, nesse texto humorístico, de não marcar explicitamente, na estrutura orgânica da sentença, o objeto que produz efeito de completude do enunciado, faz-nos levar em consideração os seguintes aspectos:

a) a não possibilidade de imaginarmos a ocupação desse lugar como desnecessária. Como já explicitamos antes, expressões que pertençam ao domínio referencial “a sua mãe” e “dinheiro” devem ser acionadas para que a enunciação ganhe efeito de completude;

b) a restrição de ocupar o lugar de objeto com referentes que levassem à produção de apenas um efeito de sentido. Se assim fosse, o texto perderia sua especificidade discursiva que é a de participar de enunciações com efeitos humorísticos, já que a primeira sentença, aquela proferida pelo locutor 1, regularia o domínio referencial da segunda, a produzida pelo locutor 2. Isso garantiria o preenchimento das duas ocorrências do verbo “receber” com a expressão “a sua mãe”, que para se materializar duplamente deveria apenas apresentar certa adequação em virtude das particularidades de funcionamento dos dêiticos, tornando-se, assim, “a sua mãe”, no primeiro enunciado e “a minha mãe”, no segundo;

c) a inadequação de preenchermos o lugar sintático em análise com qualquer elemento léxico. Considerando toda a piada, como sustentação do domínio de referência para a escolha do objeto passível de ocupar o lugar projetado pelo verbo “receber”, é estranho imaginarmos que esse preenchimento fosse feito com outros vocábulos e/ou expressões que não pertencessem aos campos de referências (“sua mãe” e “dinheiros”) já descritos.

Nessa direção, o silêncio sintático não se constitui como o “nada”. “Silêncio não é o vazio, o sem-sentido” (ORLANDI, 1995, p.70). Tampouco ele deve ser visto como o “senhor” absoluto dos sentidos. “O silêncio não é, pois, em nossa perspectiva, o ‘tudo’ da linguagem.” (ORLANDI, 1995, p.23). Trata-se, antes, de um lugar que garante o “movimento dos sentidos” (ORLANDI, 1995, p.23).

E qual seria então, o limite para esse movimento, para essa fluidez dos sentidos? O deslocamento, embora contínuo e necessário na constituição do dizer, é inevitavelmente contido por uma rede de significados que se entrelaçam no acontecimento enunciativo. E esse entrelaçamento não se constitui de maneira aleatória, ele se configura historicamente a partir de uma tensão entre memória e atualidade, posta em cena pela posição assumida pelo sujeito no processo de enunciação.

É dessa forma, então, que entendemos o silêncio como um dos eixos responsáveis pela fluência da interpretação. “Ele é o ponto de apoio do giro interpretativo” (ORLANDI, 1995, p.164), sendo, “para o falante (...) lugar de elaboração de outros sentidos (...); para o analista, uma pista de um modo de funcionamento do discurso” (ORLANDI, 1995, p.130).

Assim, nas ocorrências que nos propusemos a analisar aqui, percebemos que a não-ocupação do lugar de objeto, ou o silêncio sintático do lugar de objeto, como nomeamos, torna-se, na perspectiva da semântica do acontecimento, o lugar de regulação dos efeitos de sentido pelas condições enunciativas. Efeitos esses que orientam a enunciação para um ou outro caminho do dizer.

4 OS MODOS DE ENUNCIÇÃO E A OCUPAÇÃO DO LUGAR DE OBJETO

A análise realizada anteriormente, sobre o silêncio sintático, evidencia nossa filiação ao princípio de que as condições enunciativas regulam a ocupação e a não-ocupação do lugar de objeto. O que pretendemos acrescentar, agora, a esse posicionamento teórico, é o entendimento de que as condições de ocupação são determinadas por modos de enunciação.

Segundo Dias (2005b), há pelo menos dois modos de enunciação: um específico e outro genérico. Na verdade, esses modos de enunciar estão ligados ao suporte operativo do fato gramatical, que considera a dimensão enunciativa como constitutiva do sintático.

4.1 MODO DE ENUNCIÇÃO ESPECÍFICO

Para Dias (2005b), a configuração do lugar sintático “objeto verbal”, por meio do modo de enunciação especificador, acontece quando esse lugar é delimitado por um campo de referência específico e recorta, portanto, um domínio de sentido marcado por uma pontualidade referencial. Retomemos o exemplo (13) para ilustrar esse modo de enunciação.

(13) Papa faz apelos e reflete sobre a visão bíblica da história.

A sentença “Papa faz apelos” constitui-se a partir de um modo de enunciação específico, uma vez que há uma definição clara do objeto participante dessa predicação. Poderíamos dizer que há uma demarcação referencial pontuada pelo item lexical “apelos”.

É importante dizermos que essa especificação referencial não precisa vir marcada organicamente na sentença, como em (13).

Imaginemos o diálogo seguinte:

(26) Interlocutor A: Na última vinda ao Brasil, o Papa fez apelos à população.

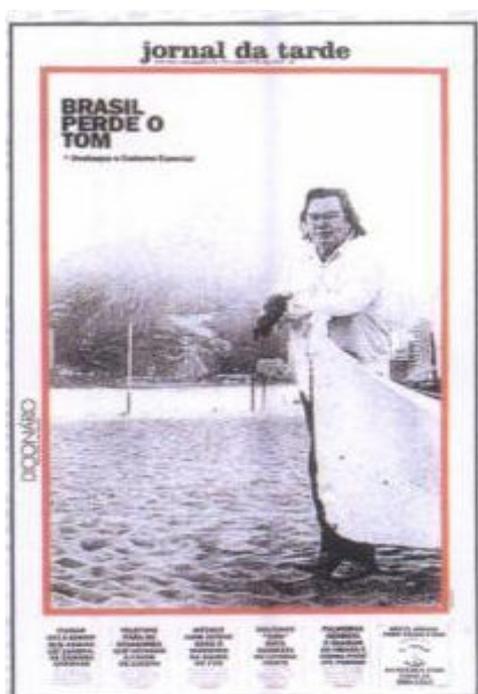
Interlocutor B: Na verdade, não foi só no Brasil. Em seus discursos ele sempre faz.

Quando o locutor B utiliza a sentença "...ele sempre faz", notamos que há uma recuperação da unidade que faz articulação com o verbo e ocupa o lugar de objeto por ele projetado. Estamos nos referindo, novamente, à palavra "apelos". Nas palavras de Dias

O processo de textualização de que faz parte a sentença se encarrega de oferecer pistas de recuperação do objeto no texto...Esses textos são construídos tendo como base referentes comuns...Dessa forma, o texto do locutor B pode prescindir da explicitação do objeto, que já foi explicitado no texto do locutor A. (DIAS, 2003, p. 62).

Uma particularidade do modo de enunciação especificador, que merece destaque, é o que ocorre na manchete publicada pelo Jornal da Tarde, em 09 de dezembro de 1994, por ocasião da morte de Tom Jobim, que aconteceu no dia anterior.

(26) 16



¹⁶In:<http://books.google.com/books?id=mlGPw0idxNkC&pg=PA103&lpg=PA103&dq=%22brasil+perde+o+tom%22&source=web&ots=enZH7TKYs8&sig=mkx0JXrYlX4iqo5RTFA5fmQT2hE>. Acesso em 15/02/08

Percebemos que a sentença que compõe essa manchete de jornal apresenta uma predicação que foi constituída a partir do modo de enunciação em análise. Ou seja, o substantivo “TOM” ocupa o lugar de objeto projetado pelo verbo “perder”, delimitando, portanto, o campo referencial que produz o efeito de sentido do enunciado. Entretanto, percebemos que há uma ampliação no domínio referencial estabelecido por essa ocupação. Afinal, a cena enunciativa, criada por ocasião desse dizer, permite que haja duas direções argumentativas no enunciado. Na primeira, imagina-se que a palavra “TOM” se refira ao nome do cantor e compositor Tom Jobim, que aparece, inclusive, de pé, junto com a manchete, na capa do jornal que noticia sua morte. Já em uma segunda orientação enunciativa, é possível que se amplie o foco de referência realizado inicialmente, de modo a possibilitar que o substantivo “TOM” ganhe um outro recorte de sentido, passando a significar também “ritmo”, “harmonia”.

Assim, em (26), estamos diante de uma palavra-âncora que, mesmo especificando o campo referencial do lugar sintático que ocupa, abre possibilidades de ampliação dessa referência.

As bases dessa multiancoragem à qual nos referimos envolvem tanto as imagens que compõem a manchete e a recente morte do artista (atualidade inscrita no acontecimento), quanto uma memória histórica de que Tom Jobim era um consagrado músico brasileiro.

Vislumbramos, portanto, a possibilidade de que o modo de enunciação específico apresente a multirreferenciação como uma de suas características.

Outro exemplo de predicação que, mesmo sendo constituída pelo modo de enunciação especificador, se configura através da multiancoragem referencial, pode ser percebido em (27).

(27)

17

R\$ 15

A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DÁ PENA.
Pena de 1 a 12 anos de prisão.

Foto: Fernando Martins

Disque
Direitos Humanos
Disque e Denuncie
0800 31 1119

MINAS GERAIS
GOVERNO DO ESTADO
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E ECONÔMICO
CONSTITUÍDO EM 1988

Instituto
Telemig Celular

O que se nota em (27) é que o enunciado “A Exploração sexual de crianças e adolescentes dá pena.”, também apresenta o lugar de objeto preenchido por um item lexical específico, o substantivo “pena”. Entretanto, assim como em (26), há uma ampliação do raio do campo referencial que essa ocupação produz. Isso possibilita que a repercussão dos efeitos de sentido ganhe em força argumentativa, uma vez que se pode atribuir à palavra “pena” dois status referenciais: um em que o substantivo ganha a acepção de dó - esse sentido inicial sustenta-se pela significação histórica da palavra “pena”, associada à imagem sofrida da criança que aparece fotografada - e outro em que “pena” significa punição judicial, uma vez que o enunciado de que participa é seguido de outro (“Pena de 1 a 12 anos de prisão.”), que funciona como domínio referencial para que esse segundo efeito de sentido se estabeleça.

Dessa forma, podemos vislumbrar que o modo de enunciação especificador agrega em si a possibilidade de apresentar-se, também, a partir da multiancoaragem da enunciação, que envolve a constituição orgânica da sentença (ocupação material do lugar de objeto), bem como a direção enunciativa que se imprime na orientação do foco de referência.

¹⁷ “Exploração Sexual de Crianças e adolescentes dá pena” é o slogan que foi utilizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais na campanha contra o abuso e a exploração sexual infanto-juvenil. A empresa de telefonia Telemig Celular, em incentivo à campanha governamental, decidiu utilizar o texto e a imagem criados pelo Governo Estadual nos cartões de crédito de celular pré-pago. In: <http://www.pautasocial.com.br/pauta.asp?idPauta=1773>. Acesso em 10/02/08.

4.2 MODO DE ENUNCIÇÃO GENÉRICO

Em relação ao segundo modo de enunciação proposto por Dias (2005b), o modo de enunciação genérico, podemos dizer que ele assim se denomina por ser a base sobre a qual se configuram predicções cujos campos de referência do lugar de objeto são generalizadores. Entretanto, não se trata aqui de uma amplitude como a explorada em (26) e (27). Nos enunciados “BRASIL PERDE O TOM” e “A Exploração sexual de crianças e adolescentes dá pena.”, o que percebemos é um certo deslocamento de sentido dos substantivos que organicamente ocupam o lugar de objeto. Não acontece, pois, o que chamamos generalização. Como já explicitado, o que ocorre é um processo de ampliação do domínio referencial, que tem os item lexicais “TOM” e ”pena” como base de ancoragem para a produção do(s) efeito(s) de sentido(s) desejado(s). Trata-se, portanto, de uma multiancoragem referencial que amplia os efeitos de sentido, mas não os torna genéricos.

Para explicitarmos melhor as influências desse segundo modo de enunciação sob as condições de produção de um enunciado, vamos fazer uma reestruturação de (26). Imaginemos que a manchete fosse publicada no jornal da seguinte forma.

(28) Brasil perde com a morte de Tom Jobim.

Em (28), o verbo “perder” mostra-se aberto para abrigar ocorrências diversas no lugar de objeto. Ou seja, o objeto apresenta características generalizantes, que não precisam adquirir “representação através de palavras”. (DIAS, 2003, p.62). Essa generalização ganha pertinência no entrelaçamento da atualidade da enunciação com uma memória de ordem histórica, representada pelas recorrências das enunciações de que o verbo “perder” participa.

Utilizemos, agora, para continuar nossa análise sobre o assunto, outro enunciado que se configura através do modo de enunciação genérico. Trata-se de uma propaganda, amplamente divulgada, que diz o seguinte:

(29) Caiu? Bateu? Machucou? Passa Gelol, que passa.¹⁸

Ao fixarmos nossa atenção nas formas verbais “caiu”, “bateu” e “machucou”, percebemos que elas não apresentam ocupação material (orgânica) do lugar de objeto, constituindo, pois, predicções centradas¹⁹. Entretanto, esses verbos expressam claramente um potencial de projeção desse lugar sintático. Por que então, a ausência lingüística de um elemento que preencha esses espaços? Parece que uma resposta a essa questão está intimamente ligada às condições discursivas que regulam a constituição desse acontecimento enunciativo. Não ocupar o lugar de objeto significa, nessa propaganda, levar o consumidor para dentro do texto, de modo a que ele realize os recortes de sentido possíveis dentro do domínio de referência, estabelecido por esse acontecimento enunciativo. Dessa forma, sintagmas nominais como “o pé”, “a cabeça”, “o ombro”, e tantos outros podem se configurar como ocorrências passíveis de ocupar o lugar de objeto projetado pelos verbos “bateu” e “machucou”. Nesse sentido, percebemos que esse anúncio ganha em eficiência discursiva, no instante em que as condições de produção encontram-se determinadas pelo modo de enunciação genérico e não pelo específico.

É interessante frisarmos que o caráter de generalizador de (29) é tão alto que acaba transformando o enunciado “*Caiu? Bateu? Machucou?*” em texto-fonte de outras enunciações, como pode ser percebido em (30):

(30) Caiu, bateu, machucou? Glória a Deus!

Freqüentemente passamos por momentos de dor e aflição em nossas vidas. Às vezes parece até que Deus nos abandonou ou está bem longe... Normalmente diante de uma situação difícil, como a morte de um parente ou de um amigo, um assalto, um acidente, um problema familiar ou uma demissão, sobrem um desânimo e começamos a nos perguntar: Onde está Deus? Por que Deus permite que isso aconteça comigo?²⁰

¹⁸ Os anúncios publicitários do medicamento “Gelol” – utilizado para o combate a dores musculares e lesões ocasionadas por quedas – só foram encontrados em forma de vídeo. O anúncio mais recente, de onde foi retirado esse enunciado, pode ser assistido no endereço <http://br.mytrace.tv/video/iLyROoaf1vV.html>. Acesso em 21/01/08.

¹⁹ O assunto “predicação centrada” será discutido detalhadamente no tópico 5 desse trabalho.

²⁰ http://www.ipidocruzeiro.org.br/index.php?Itemid=35&id=160&option=com_content&task=view – Acesso em 21/02/08

No exemplo (30), o discurso religioso encontra possibilidade de ocupar os lugares de objetos projetados pelos verbos “bater” e “machucar”, com ocorrências cujos domínios referenciais se adaptem à doutrina a ser difundida. Isso só é possível devido à abrangência desse enunciado que é produzido pelo modo de enunciação genérico. Ou seja, novamente a língua produz condições para o estabelecimento da relação entre a atualidade do acontecimento e uma memória de ordem histórica do dizer.

Para Dias (2005b), um gênero de texto extremamente favorecido pelo modo de enunciação genérico é o proverbial, tendo em vista que “através de uma locução breve, de fácil memorização, o provérbio sintetiza um pensamento que adquire um tom de verdade, ou de elevação.” (DIAS, 2005b, p. 32). Ou seja, por propagar uma verdade a ser utilizada em diversas enunciações, há uma orientação das condições enunciativas para a não-ocupação do lugar de objeto. Assim, “intensifica-se a generalização, produzindo como efeito uma condensação referencial, constituída de tal forma que permite ao enunciado circular entre os falantes como texto-memória.” (DIAS, 2005, p.40).

Observemos em (31) a letra de uma música criada como vinheta do canal de televisão SBT. O compositor da música faz uso do provérbio, “quem procura, acha”, como base de constituição da música. Percebamos como esse gênero textual, que se configura pelo modo de enunciação genérico, consegue alcançar sua eficácia comunicativa: apresentar as qualidades dos serviços prestados pela emissora, através das amplas possibilidades de ocupação do lugar de objeto, projetados pelos verbos “procurar” e “achar”.

(31) QUEM PROCURA, ACHA AQUI ²¹

“Quem quer show, acha aqui com a gente
 A atração mais quente, está na TVS
 Quem achou, gostou. Quem gostou, quer sempre, quer amar, quer curtir
 Filme, som, imagem, cores, final feliz
 Prêmios, reportagens, flores, o seu país
 Sorriso, criança, beleza, brilho, canta e dança
 Surpresa, luz e esperança, certeza...
 Tudo pra você!

²¹ Música composta por Mário Lúcio de Freitas.

Quem procura, acha aqui
 Quem procura, acha aqui
 Riso, fantasia, energia e muita ação
 Quem procura, acha aqui

(...)

Quem procura, acha aqui (acha aqui)
 Quem procura, acha aqui
 Sonho, realidade, qualidade, diversão
 Quem procura, acha aqui

Quem quer magia, paixão, alegria, quem quer companhia
 Acha aqui
 Quem quer talento, ação, movimento, quem quer sentimento
 Acha aqui
 Quem quer saudade, amor, amizade, a felicidade, acha tudo isso aqui
 Quem procura, acha aqui (acha aqui)
 Quem procura, acha aqui

Show, variedade, a verdade, o coração
 Quem procura, acha aqui²²

Tomemos, agora, esse mesmo provérbio em dois outros acontecimentos enunciativos.

(32) Quem procura, acha

Rodrigo dos Anjos Pimentel, 29 anos, morreu na noite de ontem²³ com um tiro na cabeça ao brincar com outros dois amigos de roleta russa em casa, na rua do Arroz, Barra de São João, na Região dos Lagos, no Rio de Janeiro.²⁴

(33) Quem procura, acha

A oferta de emprego é grande, mas a procura pela competência é ainda maior. Há lugar sim para todos, desde que sejam bons. Só esses sobreviverão. E como conseguir encontrar um bom emprego? Você não vai ter essa resposta na faculdade, nem na escola, nem com seus colegas, nem com os seus antigos professores. Procure no mercado, só ele dirá como encontrar um emprego compensador. E não esqueça do velho ditado: "quem procura, acha".²⁵

²² In: <http://centraldenoticias.wordpress.com/2007/08/18/momento-musical-quem-procura-acha-aqui/> - Acesso em 25/02/08.

²³ In: Referente ao dia 01/03/2006.

²⁴ In: http://www.animeradiobr.net/dodd/2006/03/quem_procura_acha.html - Acesso em 25/02/08.

²⁵ <http://www.profissaomestre.com.br/php/verMateria.php?cod=1145> - Acesso em 25/02/08.

Percebemos claramente que em (32) e (33) as ocupações dos lugares de objeto projetados pelos verbos “procurar” e “achar” são realizadas por vocábulos pertencentes a campos referenciais distintos. Em (32), temos uma notícia de rádio sobre um fato trágico ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, o que nos leva a utilizar para o preenchimento desse lugar sintático o substantivo “morte”, por exemplo. Já em (33), percebemos que se trata de um texto de incentivo à capacitação profissional, portanto, os extratos de ocorrências, passíveis de serem utilizados como objetos nessa predicação, pertencem ao domínio referencial de palavras como “emprego”.

Esses exemplos nos mostram que o caráter genérico que os provérbios assumem possibilita que eles abriguem ocorrências específicas dos discursos de que fazem parte. Ou seja, ler o provérbio no interior da música requer a utilização de ocorrências lexicais que valorizem o canal de televisão; percebê-lo na configuração da notícia de rádio, demanda realizar a ocupação do lugar de objeto, nele estabelecido, sob a ótica do domínio referencial “morte”, e compreendê-lo, no texto sobre mercado de trabalho, significa preencher o espaço sintático, projetado pelas formas verbais “procurar” e “achar”, com vocábulos que encontrem ancoragem na palavra “emprego”. Decorre desse fato, entendermos que os provérbios assumem um caráter de universalização, podendo integrar os mais diversos tipos de discursos.

Vimos, então, que as condições enunciativas são determinadas pelos modos de enunciação. Passemos agora a associar esses dois modos de enunciação a dois tipos de predicação. A predicação dirigida, que se configura pelo modo de enunciação específico e a predicação centrada que se liga ao modo de enunciação genérico.

5 EM ANÁLISE: PREDICAÇÃO CENTRADA E PREDICAÇÃO DIRIGIDA

Como já exposto nessa pesquisa, acreditamos que a questão da transitividade verbal deve ser analisada a partir da ótica da predicação que se estabelece em determinado acontecimento enunciativo. Sendo o objeto, portanto, mais um elemento que integra essa predicação e possibilita que ela apresente efeito de completude. Ao pensarmos dessa forma, estabelecemos, então, a possibilidade de termos predicados cuja

presença do objeto se faz necessária e predicados em que essa presença é dispensável, uma vez que o efeito de sentido se configura mesmo sem a participação desse termo. Dias (2006a, p.58), revisitando Maximino Maciel (1931), diz que esse fenômeno foi tratado pelo gramático como “transpredicação” que se define “como uma mudança no conceito do verbo. Quando um verbo que participa de uma predicação completa aparece num enunciado sem objeto, é porque esse verbo ‘subjativou-se’. Pelo fato de adquirir um sentido geral (subjativar) o verbo não precisa de objeto...” (Dias, 2006a, p. 58).

É o que acontece, por exemplo, no texto humorístico que segue:

(34) MAMÃE MORREU

Dois amigos se encontram. Um deles, único herdeiro da mãe, está cabisbaixo. O primeiro pergunta:

— O que aconteceu?

— Minha mãe morreu. Fiquei muito triste.

— Que pena! Meus pêsames. Ela sofreu muito antes de morrer?

— Muito. infelizmente: sofreu um assalto que lhe tirou grande parte do dinheiro, um seqüestro que lhe levou um apartamento e dois terrenos, um golpe de meu pai que a deixou sem carro...

O verbo “sofrer”, nessa enunciação, passa pelo fenômeno da “transpredicação”. Na sentença “*Ela sofreu muito antes de morrer?*” temos a forma verbal “sofrer” participando de uma sentença em que a presença do termo de “função objetiva” não se faz necessária. Trata-se, na verdade, de um verbo que passou por um processo de “subjativação”, de acordo com a teoria proposta por Maciel. Ao passo que em “*...sofreu um assalto que lhe tirou grande parte do dinheiro, um seqüestro que lhe levou um apartamento e dois terrenos, um golpe de meu pai que a deixou sem carro...*” esse mesmo verbo faz parte de uma predicação em que os termos “*um assalto...*”, “*um seqüestro...*” e “*um golpe de meu pai...*” são requeridos para a produção do efeito de sentido desejado.

Analisando melhor esse fenômeno é que Dias (2006a) propõe que haja dois tipos de predicação: a predicação dirigida e a predicação centrada. Nas palavras do autor, “a **predicação dirigida** ocorre quando ela é orientada para um objeto. E a **predicação centrada**, por sua vez, ocorre quando ela orienta para o verbo a direção da significação, não produzindo a necessidade do objeto.” (DIAS, 2006a, p.59). Portanto, é o caso de

afirmamos que em (34) o verbo sofrer integra duas predicções: uma dirigida, aquela proferida pelo interlocutor 2, e uma centrada, aquela dita pelo interlocutor 1.

É importante dizer que a participação do verbo “sofrer” nesses dois tipos de predicção só é possível devido à memória de regularidades que esse verbo traz dos trajetos enunciativos por ele percorrido. Logo, a forma verbal “sofrer” projeta o lugar de objeto que pôde ou não ser ocupado no texto anterior porque outros extratos de ocorrência desse mesmo verbo permitiram (permitem) ou não a ocupação, como podemos perceber, por exemplo, nos enunciados abaixo:

(35) Minha amiga sofreu uma dor imensa.

(36) Nesse ano, sofri como há muito tempo eu não sofria.

Nesse sentido, a ocupação do lugar de objeto se processa ancorada na produtividade enunciativa apresentada pelas formas verbais. Na medida em que as ocorrências historicamente produzidas com determinado verbo se acham escassas, há um favorecimento para que esse verbo participe de apenas um tipo de predicção.

Levemos em consideração, por exemplo, os verbos “morrer” e “falecer”, cujos sentidos orientam para um mesmo domínio referencial. Existem vários enunciados, produzidos com a participação dessas duas formas verbais, em que o dizer voltado para o sujeito gramatical leva à constituição de uma predicção centrada. Isso pode ser percebido facilmente em diversas enunciações. Apenas para exemplificar nossa afirmação selecionamos os exemplos que seguem:

(37) Membro da equipe técnica de 'Batman' *morre* nas filmagens²⁶

(38) A Morte no hospital de Aveiro vai ser investigada. A Inspeção Geral de Saúde abriu um inquérito ao caso do idoso que morreu em Aveiro. O homem *faleceu* após a queda de uma maca no corredor do Hospital da cidade.²⁷

²⁶In: http://news.ubbi.com.br/view.asp?http://www.estadao.com.br/arteelazer/not_art56638,0.htm. Acesso em 03/01/2008

²⁷In: <http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?headline=98&visual=25&article=321927&tema=37>. Acesso em 03/01/2008)

Analisando agora o outro tipo de predicação proposto por Dias (2006a), concluímos que em relação ao verbo “morrer” encontramos sentenças em que ele se faz presente, também, orientado para um objeto. Como, por exemplo em:

- (39) Cristo não morreu uma morte de mártir; mas Ele provou a morte na sua ligação penal com o pecado.²⁸

É tarefa mais difícil, entretanto, encontrarmos ocorrências enunciativas em que o verbo “falecer” apresente-se como integrante de uma predicação dirigida. Acreditamos que esse fato encontre sustentação na menor produtividade enunciativa que esse verbo apresenta. Dito de outra forma, o plano do enunciável é o que regula a amplitude dos domínios de referência das formas verbais, portanto, quanto mais extratos de ocorrência um verbo apresentar, maior será a possibilidade desse verbo participar de predicções centradas e dirigidas²⁹. Logo, o verbo “morrer”, por apresentar-se mais produtivo discursivamente, torna-se capaz de integrar os dois tipos de predicções, ao passo que “falecer” – forma verbal de baixa produtividade discursiva – constitui-se como participante apenas de predicções centradas.

Outra forma verbal, não citada anteriormente, mas que apresenta correspondência de sentido com os verbos “morrer” e “falecer” é “perecer”. Essa forma verbal reafirma a análise realizada, afinal, por apresentar um caráter de erudição maior que “falecer”, demonstra uma capacidade ainda menor de participar de uma predicação cujo lugar de objeto seja ocupado. Disso resulta a facilidade de encontramos predicções centradas com esse verbo, como na charge:

²⁸ In: <http://cms.sadourina.com/content/view/95/65/>. Acesso em 03/01/2008

²⁹ É importante dizer que a afirmação de que quanto maior a produtividade enunciativa de um verbo, maior será a possibilidade desse verbo participar dos dois tipos de predicação (centrada e dirigida), sustenta-se na observação do funcionamento desse verbo nos acontecimentos enunciativos de que participa, constituindo o que podemos chamar de princípio da regularidade lingüística.

(40) LUTO NACIONAL – A ÉTICA PERECEU³⁰

E, em contrapartida, deriva desse fato também a dificuldade de que “perecer” receba ocorrências com predicação dirigida.

O que propomos, então, é que os verbos possuem um potencial de projeção do lugar sintático de objeto e que a ocupação desse lugar está ligada ao plano do enunciável. Isso permite, inclusive, que formas verbais como “falecer”, “perecer” e outras (que não se mostram abertas para receber ocorrências com predicação dirigida, nos acontecimentos enunciativos atuais) possam encontrar, em enunciações futuras, ancoragem em uma memória discursiva, que as possibilite chamar a presença de um objeto, para a produção do efeito de sentido da predicação de que farão parte.

Nessa direção, ao percebermos a ocupação do lugar sintático “objeto verbal” sob esse prisma de análise, estamos abrindo espaço para a quebra da sedimentação dos conceitos de transitividade verbal, trazidos pela conformação tipológica, que funciona como um dos pilares de sustentação da produção de gramáticas no Brasil. Ou seja, pensamos ser muito econômico o arcabouço teórico que visa apenas classificar os verbos como transitivos ou intransitivos, e, para ampliar a abrangência da análise consideramos ser necessário, além de excluir o aspecto da completude apenas da órbita do verbo, inserir o “plano do enunciável nos estudos do fenômeno da transitividade.” (Dias, 2006a, p.60).

³⁰ A tirinha se refere à CPI que julgou o caso “Renan Calheiros”.
(<http://educando.wordpress.com/2007/09/13/luto-nacional-a-etica-pereceu/> - Acesso em 03/01/08)

5.1 PREDICAÇÃO CENTRADA: UMA CATEGORIZAÇÃO

Consideramos importantes as discussões propostas por Dias (2006a), e apresentadas nas análises anteriores, sobre predicação centrada e predicada dirigida. O que faremos a partir de agora é voltarmos nosso olhar para a predicação centrada e propor uma subdivisão para esse fato gramatical.

Vejamos o texto seguinte:

(41) Como se conjuga um empresário

Acordou. Levantou-se. Aprontou-se. Lavou-se. Barbeou-se. Enxugou-se. Perfumou-se. Lanchou. Escovou. Abraçou. Beijou. Saiu. Entrou. Cumprimentou. Orientou. Controlou. Advertiu. Chegou. Desceu. Subiu. Entrou. Cumprimentou. Assentou-se. Preparou-se. Examinou. Leu. Convocou. Leu. Comentou. Interrompeu. Leu. Despachou. Conferiu. Vendeu. Vendeu. Ganhou. Ganhou. Ganhou. Lucrou. Lucrou. Lucrou. Lesou. Explorou. Escondeu. Burlou. Safou-se. Comprou. Vendeu. Assinou. Sacou. Depositou. Depositou. Depositou. Associou-se. Vendeu-se. Entregou. Sacou. Depositou. Despachou. Repreendeu. Suspendeu. Demitiu. Negou. Explorou. Desconfiou. Vigiou. Ordenou. Telefonou. Despachou. Esperou. Chegou. Vendeu. Lucrou. Lesou. Demitiu. Convocou. Elogiou. Bolinou. Estimulou. Beijou. Convidou. Saiu. Chegou. Despiu-se. Abraçou. Deitou-se. Mexeu-se. Gemeu. Fungou. Babou. Antecipou. Frustrou. Virou-se. Relaxou-se. Envergonhou-se. Presenteou. Saiu. Despiu-se. Dirigiu-se. Chegou. Beijou. Negou. Lamentou. Justificou-se. Dormiu. Roncou. Sonhou. Sobressaltou-se. Acordou. Preocupou-se. Temeu. Suou. Ansiou. Tentou. Despertou. Insistiu. Irritou-se. Temeu. Levantou. Apanhou. Rasgou. Engoliu. Bebeu. Rasgou. Engoliu. Bebeu. Dormiu. Dormiu. Dormiu. Acordou. Levantou-se. Aprontou-se....

(Mino)³¹

Em (41), temos um acontecimento enunciativo organizado, praticamente, em torno de predicções centradas. Entretanto, é importante observarmos que, embora a predicação não oriente a marcação orgânica de objetos, o lugar sintático para esse termo é projetado pelos verbos e a evolução temática do texto só ocorre em função das ocupações que realizamos. Entendemos, pois, que algumas ocupações, mesmo não configuradas explicitamente com um elemento lingüístico, são realizadas pelo sujeito da enunciação. Sujeito esse que, imbuído de regularidades demarcadas pelas condições formais da organicidade da língua (Dias, 2005a, p.118), associadas a um domínio de sentido advindo de uma memória de dizeres, é capaz de agregar, ao lugar sintático de objeto, referentes que tornam esse lugar a força motriz da progressão referencial. Ou

³¹ In: <http://acd.ufrj.br/~pead/tema09/conceitodecoesao.html>. Acesso 22/12/07

seja, o lugar de objeto é o lugar do novo, é o lugar do avanço textual, é o lugar de fazer o texto evoluir, mesmo que não esteja ocupado organicamente.

Voltando a (41), percebemos que é a predicação centrada, então, que constitui quase todo o texto. Dizemos que a grande parte do texto é constituída por predicação centrada e não que o texto todo assim se constitui, porque entendemos que as formas verbais “aprontou-se”, “lavou-se”, “barbeou-se”, “enxugou-se”, “perfumou-se”, “preparou-se”, “safou-se”, “associou-se”, “vendeu-se”, “despiu-se”, “dirigiu-se”, “mexeu-se”, “envergonhou-se”, “justificou-se”, “sobressaltou-se” e “irritou-se” participam de predicações dirigidas, por considerarmos que a partícula “se” ocupa o lugar de objeto projetado por esses verbos.

Entretanto, torna-se importante que expliquemos a diferença que pensamos existir entre as formas verbais citadas anteriormente e outras, presentes em (41), de constituição parecida. São elas: “levantou-se”, “assentou-se”, “deitou-se”, “virou-se”, “relaxou-se” e “preocupou-se”. Optamos por caracterizar essas cinco ocorrências verbais como participantes de predicações centradas.

Para fundamentar melhor nossa classificação, observemos os seguintes exemplos:

(42) O empresário levantou.

(43) O empresário assentou.

(44) O empresário relaxou.

Em 42, 43 e 44, o verbos levantar, assentar e relaxar constituem predicados cujos efeitos de sentido apresentam as mesmas bases referenciais de:

(45) O empresário levantou-se.

(46) O empresário assentou-se.

(47) O empresário relaxou-se.

Decorre desse fato entendermos que a partícula “se” não se caracteriza como uma materialização do lugar de objeto projetado pelos verbos “levantou-se”, “assentou-se”, “deitou-se”, “virou-se”, “relaxou-se” e “preocupou-se. Trata-se, antes, de um elemento que se agrega ao próprio verbo, constituindo, com ele, um mesmo efeito de

sentido. Assim, consideramos que essas formas verbais integram, em (41), predicções centradas.

Contudo, ocorrências distintas podem ser notadas em:

(48) O empresário lavou.

(49) o empresário enxugou.

(50) o empresário perfumou.

Nas sentenças 48, 49 e 50, a exclusão da partícula “se”, amplia os extratos de ocorrência passíveis de ocupar o lugar de objeto projetado pelos verbos “lavar”, “enxugar” e “perfumar”. Não se trata mais de imaginarmos, de forma imediata, que o referente responsável pelo preenchimento daquele lugar sintático seja “o empresário”, como acontece em:

(51) O empresário lavou-se.

(52) O empresário enxugou-se.

(53) o empresário perfumou-se.

Nesse sentido, entendemos essas formas verbais (e as outras citadas nesse grupo) como participantes de predicções dirigidas, sendo a partícula “se” o elemento lingüístico que ocupa o lugar de objeto projetado por esses verbos.

Voltando ao objetivo central desse ponto de análise, o que tentaremos propor agora é uma categorização da predicção centrada. Para tanto, tomaremos por base a amplitude do domínio referencial, que se estabelece por ocasião das possíveis ocupações que são realizadas a fim de se produzir o efeito de completude dos enunciados.

Iniciaremos nossa análise dividindo os verbos que constituem as sentenças de (41) em três grupos.

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
1	Acordou	Abraçou	Escovou
2	Levantou-se	Beijou	Lucrou
3	Lanchou	Cumprimentou	Lucrou
4	Saiu	Orientou	Lucrou
5	Entrou	Controlou	Sacou
6	Chegou	Advertiu	Depositou
7	Desceu ³²	Subiu	Depositou
8	Entrou	Cumprimentou	Depositou
9	Assentou-se	Examinou	Sacou
10	Chegou	Leu	Depositou
11	Saiu	Convocou	Lucrou
12	Chegou	Leu	
13	Deitou-se	Comentou	
14	Gemeu	Interrompeu	
15	Fungou	Leu	
16	Babou	Despachou	
17	Virou-se	Conferiu	
18	Relaxou-se	Vendeu	
19	Saiu	Vendeu	
20	Chegou	Ganhou	
21	Dormiu	Ganhou	
22	Roncou	Ganhou	
23	Sonhou	Lesou	
24	Acordou	Explorou	
25	Preocupou-se	Escondeu	
26	Suou	Burlou	
27	Despertou	Comprou	

³² O verbo “descer” nesse texto apresenta sentido equivalente a “sair”. De acordo com a evolução textual, o empresário estava em um carro e então, “desceu do carro”, ou seja, saiu. Isso justifica a inserção desse verbo no primeiro grupo, como veremos adiante.

28	Levantou	Vendeu	
29	Dormiu	Assinou	
30	Dormiu	Entregou	
31	Dormiu	Despachou	
32	Acordou	Repreendeu	
33	Levantou-se	Suspendeu	
34		Demitiu	
35		Negou	
36		Explorou	
37		Desconfiou	
38		Vigiou	
39		Ordenou	
40		Telefonou	
41		Despachou	
42		Esperou	
43		Vendeu	
44		Lesou	
45		Demitiu	
46		Convocou	
47		Elogiou	
48		Bolinou	
49		Estimulou	
50		Beijou	
51		Convidou	
52		Abraçou	
53		Mexeu	
54		Antecipou	
55		Frustrou	
56		Presenteou	
57		Beijou	
58		Negou	

59	Lamentou
60	Temeu
61	Ansiou
62	Tentou
63	Insistiu
64	Temeu
65	Apanhou
66	Rasgou
67	Engoliu
68	Bebeu
69	Rasgou
70	Engoliu
71	Bebeu

Para uma visualização mais clara da divisão que realizamos é interessante observarmos o esquema de cores do texto. Nesse esquema, como pôde ser percebido no quadro proposto, a cor verde simboliza os verbos do primeiro grupo, a amarela os do 2ª e a azul representa as formas verbais pertencentes ao 3º grupo. Os verbos que não receberam marcação com nenhuma das três cores fazem parte do grupo de predicções dirigidas.

(41) Como se conjuga um empresário

Acordou. Levantou-se. Aprontou-se. Lavou-se. Barbeou-se. Enxugou-se. Perfumou-se. Lanchou. Escovou. Abraçou. Beijou. Saiu. Entrou. Cumprimentou. Orientou. Controlou. Advertiu. Chegou. Desceu. Subiu. Entrou. Cumprimentou. Assentou-se. Preparou-se. Examinou. Leu. Convocou. Leu. Comentou. Interrompeu. Leu. Despachou. Conferiu. Vendeu. Vendeu. Ganhou. Ganhou. Ganhou. Lucrou. Lucrou. Lucrou. Lesou. Explorou. Escondeu. Burlou. Safou-se. Comprou. Vendeu. Assinou. Sacou. Depositou. Depositou. Depositou. Associou-se. Vendeu-se. Entregou. Sacou. Depositou. Despachou. Repreendeu. Suspendeu. Demitiu. Negou. Explorou. Desconfiou. Vigiou. Ordenou. Telefonou. Despachou. Esperou. Chegou. Vendeu. Lucrou. Lesou. Demitiu. Convocou. Elogiou. Bolinou. Estimulou. Beijou. Convidou. Saiu. Chegou. Despiu-se. Abraçou. Deitou-se. Mexeu-se. Gemeu. Fungou. Babou. Antecipou. Frustrou. Virou-se. Relaxou-se. Envergonhou-se. Presenteou. Saiu. Despiu-se. Dirigiu-se. Chegou. Beijou. Negou. Lamentou. Justificou-se. Dormiu. Roncou. Sonhou. Sobressaltou-se.

Acordou. Preocupou-se. Temeu. Suou. Ansiou. Tentou. Despertou. Insistiu.
 Irritou-se. Temeu. Levantou. Apanhou. Rasgou. Engoliu. Bebeu. Rasgou.
 Engoliu. Bebeu. Dormiu. Dormiu. Dormiu. Acordou. Levantou-se. Aprontou-
 se...³³

(Mino)

Nossa proposta, de acordo com a divisão que realizamos, fundamenta-se na afirmação de que o centramento das predicções a que pertencem os verbos listados acima apresenta níveis referenciais. Ou seja, no momento em que são realizadas (ou não) as ocupações do lugar de objeto, há uma oscilação no grau de amplitude dos domínios de referência, instalados a partir do plano do enunciável.

Vamos discutir melhor essa idéia que ora propomos através da explicitação de três níveis de centramento.

5.1.1 CENTRAMENTO ALTO

Há verbos que projetam um lugar de objeto. Entretanto, esse lugar dificilmente receberá um item lexical que o preencha; afinal, a predicção de que o verbo participa produz um efeito de completude tão pleno que é capaz de dispensar a presença desse termo. Os verbos que pertencem ao grupo 1 participam desse tipo de predicção centrada, por apresentarem, de acordo com a proposta que defendemos, um **nível alto de centramento**. Assim, verbos como “acordar”, “chegar”, “sair” e os outros que constituem o 1º grupo integram predicções que tornam praticamente nula a necessidade de ocupação dos lugares por eles projetados. Portanto, ao serem produzidas as sentenças:

(54) O empresário acordou.

(55) O empresário chegou.

(56) O empresário saiu.

podemos perceber que não há a orientação do predicado para nenhuma palavra ou expressão cuja presença seja fundamental para a produção do efeito de sentido desejado.

³³In: <http://acd.ufrj.br/~pead/tema09/conceitodecoesao.html> - Acesso em 06/01/2008

Como pode ser notado, optamos por colocar também nesse grupo os verbos cujos objetos são chamados *cognatos*. É o caso, entre outros, do verbo “sonhar” que poderia, no texto em análise, ter o lugar de objeto, por ele projetado, ocupado com o termo “um sonho desastroso”, por exemplo:

(57) O empresário sonhou um sonho desastroso.

No exemplo (57), o objeto é assim chamado porque “sonhar” e “sonho” “são vocábulos cognatos, isto é, que se filiam ao mesmo radical” (MACAMBIRA, 1987, p.147).

Também fizemos opção que pertencessem ao grupo 1 os verbos cujos objetos são ditos *internos*. Em (58), por exemplo, temos um desses verbos ilustrando uma possibilidade de ocupação do lugar por ele projetado.

(58) O empresário dormiu o sono dos pecadores.

Nossa opção se justifica pelo fato de que a orientação do predicado, tanto para os objetos cognatos quanto para os caracterizados como internos, só acontecerá, caso a predicação tenha necessidade de ser ampliada de modo a exigir a presença de modificadores (adjetivos, advérbios), que caracterizem os itens lexicais considerados núcelos do objeto. Caso contrário, a predicação de que esses verbos participam, como aquelas exemplificadas em (54), (55) e (56), os afeta para que não recebam a ocorrência de objeto.

Estamos diante, portanto, do tipo de predicação centrada que mais se aproxima do conceito de centramento proposto por Dias (2006a). Afinal, por não produzir a necessidade do objeto, essa predicação orienta totalmente para o verbo a direção do efeito de sentido.

5.1.2 CENTRAMENTO BAIXO

Ao contrário do que acabamos de analisar, algumas formas verbais, mesmo participando de predicações centradas, ao projetarem o lugar de objeto, possibilitam o preenchimento desse lugar com ocorrências muito previsíveis. É o caso, por exemplo,

dos verbos “escovou”, “lucrou”, “sacou” e “depositou”, que foram incluídos no grupo 3 do quadro de análise. Em (41), notamos que as sentenças em que essas formas verbais se encontram empregadas enfatizam o sentido historicamente estabilizado que esses verbos apresentam. Logo, a ocupação do lugar de objeto é orientada pontualmente para um domínio referencial específico. Assim, teríamos como proposta imediata de preenchimento:

(59) O empresário escovou os dentes.

(60) O empresário lucrou muito dinheiro.

(61) O empresário sacou dinheiro do banco.

(62) O empresário depositou todo o dinheiro da firma.

É importante ressaltarmos que, assim como acontece com os verbos dos dois outros grupos, o que propomos é que esse nível de centramento deve ser analisado levando-se em consideração o acontecimento enunciativo no qual os verbos se inserem. Em (41), por exemplo, não podemos realizar análise sintática de uma sentença isolada, porque há uma convocação do “todo” textual para que haja configuração de unidade de sentido. Sendo assim, não excluimos a possibilidade de que as predicções exemplificadas de (59) a (62) apresentem-se integralizadas com outros objetos. Entretanto, essa não é a direção argumentativa construída pelo entrelaçamento de dizeres estabelecido nessa cena enunciativa.

Explicando melhor a afirmação anterior, poderíamos dizer que consideramos perfeitamente possível a exploração de um novo viés de significação, por exemplo, dos verbos “escovar” e “lucrar”. Ao imaginar esse deslocamento seria viável considerarmos uma alteração no domínio referencial abarcado pelos objetos integralizadores desses predicados, podendo o sentido das sentenças (59) e (60) sofrerem as seguintes alterações, por exemplo:

(63) O empresário escovou	os sapatos	antes de sair.
	o casaco	
	o pêlo do cachorro	

(64) O empresário lucrou	muitos elogios	com o negócio realizado.
	uma viagem à Europa	
	novos sócios	

Consideramos, no entanto, que a possibilidade das ampliações referenciais sugeridas em (63) e (64), para a ocupação do lugar de objeto dos verbos “escovar” e “lucrar”, não se configura. E essa configuração não se realiza por força das especificidades discursivas da enunciação em análise. A instância enunciativa que orienta o sentido do verbo “escovar”, marcada em (41), sugere nitidamente que o dizer constituído por essa forma verbal se insere em ações cotidianas do empresário. Trata-se, portanto, de algo realizado no dia-a-dia, como exigência da organização pessoal dos indivíduos e, como se não bastasse essa idéia de hábito matinal, a sentença “escovou” é constituída logo após a “lanchou”, que funciona como força referencial para que a ocupação do lugar de objeto receba pontualmente ocorrências como em (59). Já em relação ao verbo “lucrou”, reflexões semelhantes podem ser realizadas para a descaracterização de preenchimentos do lugar de objeto com as ocorrências propostas em (64). No texto, sentenças imediatamente anteriores, como “vendeu”, e a repetição enfática da própria sentença “lucrou”, alternada a outras que sugerem transações financeiras, possibilitam que seja realizado um recorte de sentido de modo a excluir (64) e a incluir (60).

Dessa forma, nos filiamos à idéia de que os termos passíveis de ocupar o lugar de objeto são diretamente regulados pelo plano do enunciável.

Assim, consideramos as formas verbais “escovou”, “lucrou”, “sacou”, “depositou” (verbos do grupo 3) integrantes de uma predicação centrada que apresenta um nível baixo de centramento, uma vez que o domínio referencial, que orienta a ocupação dos lugares sintáticos por elas projetados, se configura por recortes de sentidos tão pontuais que praticamente dirigem a predicação para um referente específico.

5.1.3 CENTRAMENTO MÉDIO

O que observamos em relação aos verbos que compõem o segundo grupo é que a predicação por eles constituída apresenta nuances referenciais diferentes daquelas observadas nos grupos 1 e 3. Os lugares de objeto, projetados pelos verbos do grupo 2, estão passíveis de receberem extratos de ocorrências mais variados porque há uma ampliação dos domínios de referência que se instalam no plano do enunciável.

Para exemplificar nossa análise, vamos realizar a ocupação do lugar de objeto, projetado pelos verbos que compõem o grupo 2, de modo a ilustrar algumas possibilidades referenciais instaladas por essas predicções em (41).

34

(65) Abraçou	A esposa. os filhos.
(66) Beijou	a esposa. os filhos.
(67) Cumprimentou	o taxista. o seu motorista.
(68) Orientou	o taxista. o seu motorista.
(69) Controlou	o tempo. a conversa do motorista.
(70) Advertiu	a demora do motorista. a secretária para se manter discreta.
(71) Subiu	o elevador. as escadas.
(72) Cumprimentou	o diretor. a secretária.
(73) Examinou	a sua mesa. a agenda do dia.
(74) Leu	os jornais. os documentos.

³⁴ Fizemos a opção de utilizar como exemplo todos os verbos que consideramos participantes de predicções de centramento médio, entretanto, no processo de exemplificação, evitamos a repetição de formas verbais idênticas cujas ocupações do lugar de objeto sejam orientadas para os mesmos referentes.

(75) Convocou	os sócios os funcionários.
(76) Leu	os contratos. o estatuto da empresa.
(77) Comentou	A reunião do dia anterior. as dúvidas surgidas quanto ao contrato.
(78) Interrompeu	seu próprio comentário. a intervenção de um sócio. a reunião.
(79) Despachou	os papéis assinados. a mercadoria vendida.
(80) Conferiu	seus compromissos. o andamento dos trabalhos.
(81) Vendeu	ações. os produtos da empresa. suas idéias.
(82) Ganhou	dinheiro. novos clientes. prestígio social.
(83) Lesou	os funcionários. os clientes. os sócios.
(84) Explorou	os funcionários. os clientes. os sócios
(85) Escondeu	a venda realizada. a nova proposta de contrato. O caso extraconjugal.
(86) Burlou	o imposto de renda. Os contratos estabelecidos.
(87) Comprou	ações. Produtos para sua empresa. O silêncio das pessoas.

(88) Assinou	cheques. Contratos. Recibos.
(89) Associou-se	a outras empresas. A pessoas desonestas.
(90) Entregou	notas falsificadas. Mercadoria de má qualidade.
(91) Repreendeu	o motorista. O assessor. O auxiliar de escritório.
(92) Suspendeu	o motorista. O assessor. O auxiliar de escritório.
(93) Demitiu	o motorista. O assessor. O auxiliar de escritório.
(94) Negou	o pedido de desculpas do funcionário. Um novo contrato.
(95) Desconfiou	de um sócio. De um comprador. De um funcionário.
(96) Vigiou	o sócio. O comprador o funcionário.
(97) Ordenou	o fim da sociedade. A quebra do contrato. A demissão do funcionário.
(98) Telefonou	para um amigo empresário. Para a secretária. Para a esposa.
(99) Esperou	a informação solicitada. O cliente para a reunião.
(100) Elogiou	a sócia. A cliente. A secretária.

(101) Bolinou	a sócia. A cliente. A secretária.
(102) Estimulou	a sócia. A cliente. A secretária.
(103) Beijou	a sócia. A cliente. A secretária.
(104) Convidou	a sócia. A cliente. A secretária.
(105) Abraçou	a sócia. A cliente. A secretária.
(106) Antecipou	os carinhos. O orgasmo.
(107) Frustrou	a sócia. A cliente. A secretária.
(108) Presenteou	a sócia. A cliente. A secretária.
(109) Beijou	a secretária. A esposa. Os filhos
(110) Negou	a traição. O atraso. O jantar.
(111) Lamentou	a desconfiança da mulher. O fracasso com a amante.

(112) Temeu	a descoberta da mulher. um novo fracasso amoroso. as negociações realizadas.
(113) Ansiou	o fim da noite. a chegada do sono. a resolução dos problemas.
(114) Tentou	o esquecimento de tudo. uma solução para os problemas
(115) Insistiu	no sono. no esquecimento dos problemas.
(116) Apanhou	a cartela de remédios. o pacote de chá.
(117) Rasgou	a cartela de remédios. o envelope de chá.
(118) Engoliu	o remédio. o chá.
(119) Bebeu	água. leite. mais chá.

Com a presença desses verbos, não são constituídas predicções cujo preenchimento do lugar de objeto é praticamente nulo (centramento alto), tampouco estamos diante de predicados que orientam a completude do enunciado para um domínio referencial específico (centramento baixo). O que a utilização dessas formas permite, na verdade, é uma movimentação referencial na ocupação do lugar de objeto, uma fluidez de sentido, cujos limites são demarcados pela história das enunciações realizadas com esses verbos (memória discursiva), entrelaçada ao acontecimento enunciativo presente (atualidade). Portanto, a esse tipo de predicção estamos atribuindo um nível médio de centramento.

O grau médio de centramento é aquele que, em nossa opinião, configura-se como o de maior dificuldade de análise dadas as particularidades que ele apresenta.

Uma dessas particularidades diz respeito ao cenário criado por ocasião do dizer que, mesmo influenciando diretamente os outros dois tipos de centramento, ganha aspecto determinante na constituição das predicções de centramento médio.

A cena enunciativa, dentro da qual o acontecimento da linguagem faz a língua funcionar, acontece em espaços de enunciação ocupados pelo sujeito enunciativo cuja posição social é capaz de tornar naturais e mais evidentes determinados sentidos e não outros. Assim, considerar, por exemplo, a proposta de que as sentenças (100), (101), (102), (103), (104), (105), (107) e (108) estejam aptas a receber ocorrências com os objetos “a sócia”, “a cliente” e “a secretária” pode perder força argumentativa se considerarmos que somos afetados pelo dizer social, por uma memória discursiva de que à secretária é atribuído o papel de amante. Dessa forma, outras ocupações (como “a sócia” e “a cliente”), mesmo apresentando plenas possibilidades de serem realizadas, nesse acontecimento enunciativo, são subjugadas, pois estamos diante de uma enunciação cujo sentido apresenta certa estabilidade histórico-social.

Outro dado interessante a ser observado como característica desse tipo de centramento é o fato de que a seqüenciação dos enunciados que compõem o “todo” textual possibilita, em alguns casos, que a sentença anterior funcione como domínio referencial para a ocupação do lugar de objeto da sentença seguinte. Esse fato proporciona o surgimento de, pelo menos, duas questões interessantes. A primeira é o que podemos notar, por exemplo, nas ocorrências (96) e (97):

(96) Vigiou	o sócio. o comprador o funcionário.
(97) Ordenou	o fim da sociedade. a quebra do contrato. a demissão do funcionário.

Tendo por base as predicções (96) e (97), percebemos que os preenchimentos realizados, no lugar de objeto projetado pelo verbo “vigiar”, influenciam a ocupação que integralizará o predicado constituído por “ordenar”, possibilitando a progressão

textual, que acontece por meio de um encapsulamento³⁵. Ou seja, entendemos que há uma evolução integrativa, por parte do objeto, que absorve e (re)estrutura a referência. Nesse sentido, há uma relação direta entre os domínios referenciais que sustentam a ocupação do lugar de objeto projetado pelos verbos “vigiar” e “ordenar” nas sentenças (96) e (97).

(96) Vigiou	o sócio. o comprador o funcionário.
(97) Ordenou	o fim da sociedade. a quebra do contrato. a demissão do funcionário.

A outra questão interessante a que nos referimos em relação à influência referencial que uma sentença exerce sobre a outra pode ser percebida, por exemplo, em:

(100) Elogiou	a sócia. a cliente. a secretária.
(101) Bolinou	a sócia. a cliente. a secretária.
(102) Estimulou	a sócia. a cliente. a secretária.

³⁵ A posição teórica à qual nos filiamos entende encapsulamento não como uma simples retomada do passado, mas como um envelopamento do já-dito, de modo a projetá-lo para o futuro, fazendo com que a enunciação se desenvolva (CONTE, 1996). Segundo explicação, proferida por Luiz Francisco Dias, no Seminário de Tópico Variável em Semântica: Um Estudo Semântico da Genericidade, em 23/10/2007, o enunciado: “*Pedro plantou sementes de melancia. Ele mesmo semeou, adubou, irrigou, colheu e vendeu*” é um exemplo característico do que consideramos encapsulamento. Afinal, à medida que realizamos as ocupações dos lugares de objeto projetados pelos verbos “semeou”, “adubou”, “irrigou”, “colheu” e “vendeu”, envelopamos informações passadas e, ao mesmo tempo, ampliamos o domínio referencial, possibilitando, com isso, que o texto evolua. Dito de outra forma, não se trata de imaginar que a ocupação dos lugares de objetos se realize apenas com o referente “sementes de melancia”, mas é possível perceber que esse referente funciona como base referencial para os novos preenchimentos, permitindo que usemos, por exemplo, os seguintes extratos de ocorrência para o efeito de completude do enunciado: “*Pedro plantou sementes de melancia. Ele mesmo semeou as sementes, adubou o solo, irrigou as plantas, colheu os frutos e vendeu o produto.”.*

(103) Beijou	a sócia. a cliente. a secretária.
(104) Convidou	a sócia. a cliente. a secretária.
(105) Abraçou	a sócia. a cliente. a secretária.
(107) Frustrou	a sócia. a cliente. a secretária.
(108) Presenteou	a sócia. a cliente. a secretária.

Assim que selecionamos um referente para ocupar o lugar de objeto que o verbo “elogiar” projeta, afastamos a possibilidade de que as formas verbais “bolinar”, “estimular”, “beijar”, “convidar”, “abraçar”, “frustrar” e “presentear” tenham esses lugares sintáticos preenchidos por outros referentes que não aquele já selecionado em (100). Ao imaginarmos que o empresário elogiou “a sócia”, implica continuarmos utilizando esse mesmo item lexical como referente das ocupações de “bolinou”, “estimulou”, “beijou”, “convidou”, “abraçou”, “frustrou”, “presenteou”.

Essa identidade referencial estabelecida entre as sentenças poderia, inclusive, sugerir que as predicções (101), (102), (103), (104), (105), (107) e (108) apresentassem um nível baixo de centramento, uma vez que orientam ocorrências previsíveis na ocupação do lugar de objeto. Entretanto, rejeitamos essa hipótese porque entendemos que essa previsibilidade do domínio de referência não se constituiu pela história das enunciações realizadas com esses verbos. Como foi exemplificado, por exemplo, em relação às sentenças (59) a (62)

(59) O empresário *escovou os dentes*.

(60) O empresário *lucrou muito dinheiro*.

(61) O empresário *sacou dinheiro do banco*.

(62) O empresário *depositou todo o dinheiro da firma.*

em que uma memória discursiva, associada à atualidade do acontecimento enunciativo de que agora participam, orienta a ocupação para um referente específico como “dentes” e “dinheiro”, por exemplo. O que se nota em (101), (102), (103), (104), (105), (107) e (108) é uma pontualidade referencial que se configurou, excluindo outras ocorrências possíveis de serem realizadas no mesmo acontecimento enunciativo, por força de produção do efeito de sentido desejado. Decorre desse fato, então, entendermos que essas predicções também apresentam um nível médio de centramento.

Sendo assim, estamos atribuindo a característica de apresentar centramento médio às predicções que oferecem ampliação na possibilidade dos extratos de ocorrência, passíveis de ocupar o lugar de objeto projetado pelas formas verbais.

5.2 POR UM CONTÍNUO DE CENTRAMENTO

Diante da categorização proposta para a predicação centrada, que acabamos de realizar, podemos perceber que a não-ocupação do lugar de objeto constitui-se como um fato lingüístico complexo. E essa complexidade decorre da questão desses lugares serem projetados e mostrarem-se abertos para abrigar (ou não) as ocorrências que constituem o efeito de completude do enunciado.

Nesse sentido, entendemos que a predicação centrada, de acordo com as condições enunciativas já analisadas, pode ser distribuída em um contínuo de centramento, apresentando-se, portanto, da seguinte forma:

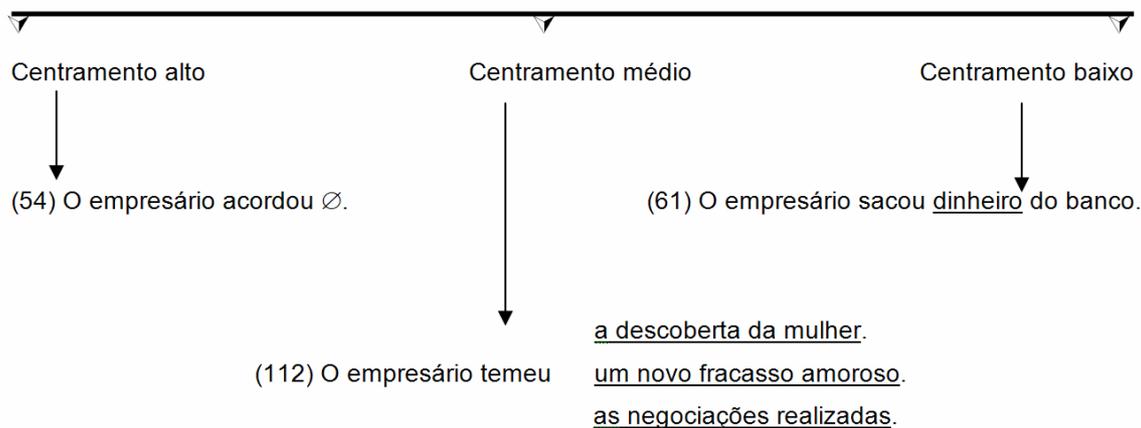


Fig. 1: Contínuo de centrimento na predicação centrada

É importante considerarmos que esse contínuo não se estabelece apenas entre formas verbais distintas. O mesmo verbo pode apresentar diferentes níveis de centrimento dependendo da predicação de que participa. É o que acontece, por exemplo, nas sentenças seguintes:

(120) Esse político ganhou muitas vezes na loteria.

(121) Mariana ganhou demais dirigindo a peça de teatro no festival.

(122) Na vida é assim, uns ganham, outros perdem.

Em (120) temos o verbo "ganhar" integrando uma predicação cujo nível de centrimento é baixo, afinal trata-se de um predicado cujo objeto deve ser integralizado pontualmente com o item lexical "dinheiro". Já em (121) há uma ampliação do domínio referencial que rege as ocorrências passíveis de integralizarem essa predicação. Poderíamos imaginar como possibilidades para esse preenchimento, por exemplo, os termos: "experiência", "elogios" e até mesmo "dinheiro". Isso categoriza (121) como uma predicação de centrimento médio. Em relação à (122), o verbo "ganhar" perde seu caráter de especificidade, generaliza-se de tal modo que é capaz de produzir um efeito pleno de completude na predicação, sem que para isso seja necessária a inserção de qualquer palavra ou expressão no lugar de objeto. Temos, nesse caso, então, um nível alto de centrimento.

Ilustrando o continuum descrito acima, teríamos:



Fig. 2: contínuo de centrimento do verbo *ganhar*.

Percebemos, portanto, que, seja com formas verbais distintas, participantes de um mesmo acontecimento enunciativo - como pôde ser observado em (41) - seja com verbos idênticos, integrantes de enunciações diferentes - como exposto em (120), (121) e (122) - é possível que tenhamos predicacões com níveis de centrimento diversificados e esse nivelamento é sustentado discursivamente pela maior ou menor amplitude do domínio de referência que sustenta a ocupação material (orgânica) do lugar de objeto.

CONCLUSÃO

Passamos, agora, então, a descrever os resultados obtidos com a análise realizada acerca do fato gramatical que sustentou nossas pesquisas, bem como a suscitar as possíveis contribuições que esses resultados trazem para os estudos lingüísticos.

Um primeiro ponto que pensamos ter explicitado foi o fato de que é preciso considerar a necessidade de uma reformulação no conceito de transitividade, proposto pelas gramáticas de bases tradicionais e, até mesmo, por algumas de bases não-tradicionais. Ou seja, torna-se inconsistente imaginar que apenas as condições distributivas sustentam a configuração do objeto verbal em uma sentença, assim como, marca-se pela inconsistência, também, incluir nos estudos da transitividade as condições atributivas e não associar a elas os aspectos enunciativos propostos pelas condições operativas.

Dessa forma, pensamos ter exposto que a classificação dos verbos em transitivos e intransitivos não é suficiente para abarcar toda a complexidade que esse fenômeno adquire no processo de funcionamento da linguagem. Defendemos que o papel assumido pelo verbo, no enunciado, é o de projetar o lugar de objeto, cuja ocupação passa a ser regulada pelas condições operativas, não estando o objeto, portanto, circunscrito a uma necessidade de complementação do sentido desse verbo. Assim, o verbo reveste-se da capacidade de projeção do lugar sintático objeto verbal e as condições de produção, que constituem o acontecimento enunciativo, orientam o enunciado de que esse verbo participa, para configurar-se em torno de uma predicação centrada ou dirigida.

Frente a essa nova concepção do papel do verbo nos estudos de transitividade, foi possível estabelecer a não-ocupação do lugar de objeto como eixo dos estudos desenvolvidos em nossa pesquisa. Afinal, diante da conformação tipológica adotada pelos manuais de gramática, as formas consideradas como complementos verbais são estudadas, de maneira geral, ou como marcadores de uma posição preenchida organicamente, a partir da necessidade de um verbo transitivo; ou como inexistentes, por força de um verbo intransitivo. Entretanto, o resultado das análises que realizamos nos fez perceber que, em sentenças como as descritas em (14), por exemplo, (“A

concorrência falou” e “O consumidor ouviu”), ao contrário do que afirmam as sintaxes de base formal, o objeto não é um constituinte inexistente. Trata-se, antes, de um ocupante de um lugar projetado pelos verbos “falar” e “ouvir”, que mesmo não integrando materialmente a sentença, precisa fazer parte da constituição do enunciado para que ele ganhe efeito de completude.

Decorre desse fato, então, termos proposto o silêncio sintático como elemento constitutivo do sentido. Afinal, o analisamos como o lugar das possibilidades discursivas que, reguladas pelas condições enunciativas, produzem efeitos de sentido que orientam a enunciação para um ou outro caminho do dizer. É o que nos mostrou, por exemplo, o anúncio publicitário da Associação Brasileira de Psiquiatria (exposto na ocorrência (23)). Ao produzir a sentença “Eu tenho”, o sujeito, delineado pela posição por ele assumida no acontecimento enunciativo, amplia o horizonte das ocorrências passíveis de ocupar o lugar de objeto e, com isso, constitui um enunciado com, no mínimo, duas faces referenciais. Assim, propomos que o objeto adquire sua identidade referencial, tendo em vista a esfera discursiva da qual participa. É, pois, no cenário criado por ocasião do dizer, ou seja, na cena enunciativa, que se realiza a constituição do sentido e da referência. Essa ampliação da referência, possibilitada pelo não preenchimento do lugar de objeto, repercute, fora da cadeia orgânica da sentença, como o elemento responsável pela configuração do efeito de sentido desejado.

O fato de termos assumido a posição teórica de que as condições enunciativas regulam a ocupação e a não-ocupação do lugar de objeto, nos fez analisar como os modos de enunciação determinam essas condições. Nessa direção, percebemos que o modo de enunciação especificador se realiza quando há um domínio de sentido específico na constituição dos extratos de ocorrência, que ocupam o lugar de objeto. Esse modo de enunciação é marcado por aquilo que denominamos pontualidade referencial. Entretanto, através dos exemplos de nosso *corpus*, percebemos que essa pontualidade não se configura pela singularidade referencial, ou seja, trata-se, antes, de uma especificação do campo referencial, que pode, inclusive, realizar-se através da multirreferenciação, como pôde ser percebido em “BRASIL PERDE O TOM” (ocorrência (26)). Já o modo de enunciação genérico se configura quando o enunciado é constituído por verbos que se mostram abertos para abrigar ocorrências diversas no lugar de objeto. Dito de outra forma, o modo de enunciação genérico é a base sobre a

qual se configuram predicacões cujos campos de referênciã do lugar de objeto sãõ generalizadores. Notamos, como resultado de nossas discussões, que alguns textos, por serem organizados em torno desse modo de enunciaçãõ, podem, inclusive, integrar enunciações distintas, conforme os extratos de ocorrências selecionados para o preenchimento do lugar sintático objeto verbal. Essa questãõ foi discutida, por exemplo, em relaçãõ ao enunciado “Quem procura, acha” que, por apresentar-se estruturado em torno do modo de enunciaçãõ genérico, foi analisado como componente textual de uma música (31), de uma notícia de rádio, sobre um acidente com uma arma (32) e de uma reportagem sobre oferta de emprego (33).

Na verdade, o trabalho com esses dois modos de enunciaçãõ nos possibilitou perceber que a opçãõ por uma outra constituiçãõ orgânica da sentençã determina a direçãõ enunciativa, que se imprime na orientaçãõ do foco de referênciã.

Avançãõ em nossas discussões, fizemos uma associaçãõ entre os dois modos de enunciaçãõ já descritos e dois tipos de predicacão: a predicacão centrada e a predicacão dirigida. A predicacão dirigida, segundo foi possível constatar, está ligada ao modo de enunciaçãõ específico, porque ela ocorre quando o efeito de sentido é orientado para um objeto. A predicacão centrada, por sua vez, associa-se ao modo de enunciaçãõ genérico, já que ela ocorre quando a direçãõ do sentido é orientada para o próprio verbo.

A fim de atender os nossos objetivos, nossa atençãõ voltou-se de maneira mais detalhada ao estudo da predicacão centrada, por ser ela o tipo de predicacão em que se configura a não-ocupaçãõ do lugar de objeto.

Dessa forma, tivemos a oportunidade de propor a existênciã de três níveis de centramento. Para tanto, tomamos por base a amplitude do domínio referencial, estabelecido por ocasiãõ das possíveis ocupações (e não- ocupações), que sãõ realizadas a fim de se produzir o efeito de completude dos enunciados.

Foram categorizadas como predicacões de centramento alto aquelas que, por não produzirem a necessidade do objeto, orientam totalmente para o verbo a direçãõ do efeito de sentido. Um exemplo de ocorrênciã em que esse tipo de centramento se estabelece foi analisado em (54): “O empresário acordou.”. Nesse enunciado, o verbo “acordar” apresenta um efeito de completude tão alto que é capaz de dispensar a ocorrênciã de ocupaçãõ do lugar de objeto.

Em nossas considerações de análise, o nível de centramento baixo faz parte da configuração de sentenças como: “O empresário escovou (os dentes)”, (59), em que a ocupação do lugar de objeto é orientada pontualmente para um domínio referencial, praticamente dirigindo essa predição para um referente específico.

Quanto às predicções com nível médio de centramento, foi possível constatar que elas se realizam quando a ocupação do lugar de objeto é realizada com extratos de ocorrência pertencentes a um domínio referencial amplo, possibilitando uma movimentação referencial, uma fluidez de sentido, cujos limites são demarcados pela história das enunciações realizadas com os verbos que integram essa predição (memória discursiva), entrelaçada ao acontecimento enunciativo presente (atualidade). Esse fato, reafirmado em outros momentos da análise, nos possibilitou constatar que a produção de efeito de sentido em um enunciado implica, necessariamente, a relação desse enunciado com outros enunciados. Ou seja, nos levou a perceber que fazer significar compreende estabelecer relações com outros dizeres, através do interdiscurso. A constituição desse tipo de centramento pôde ser exemplificada nas ocorrências (65) a (119), em que percebemos os extratos de ocorrências, passíveis de ocupar o lugar de objeto, sendo multiplicados em seus domínios referenciais.

A categorização da predição centrada em três níveis de centramento nos possibilitou perceber esse fenômeno não como uma questão lingüística marcada por uma pontualidade constitutiva, e sim como um fato gramatical que deve ser estudado a partir de um *continuum*, cuja sustentação apresenta bases orgânicas (projeção realizada pelo verbo, do lugar sintático objeto verbal) e enunciativas (maior ou menor amplitude do domínio de referência que sustenta a ocupação do lugar de objeto).

Diante de todas essas constatações, finalizamos esse trabalho com uma reflexão de Eduardo Guimarães (2005), já utilizada na abertura do capítulo 1 dessa dissertação. Segundo o autor, “uma semântica histórica da enunciação se constitui no lugar em que se trata a questão da significação ao mesmo tempo como lingüística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia.” (GUIMARÃES, 2005, p.85).

Pensamos, então, que o fato de inscrevermos nossas análises nos pressupostos teóricos assumidos por uma semântica de base enunciativa nos possibilitou constatar que: a relação entre o campo de objetos passíveis de ocupar o lugar projetado pelos verbos e o campo de objetos passíveis de não preencher esse lugar é fortemente

controlada por fatores enunciativos que atuam na constituição do dizer, e que esses fatores se configuram historicamente a partir de uma tensão entre memória e atualidade, posta em cena pela posição assumida pelo sujeito no processo de enunciação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. – revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BORBA, F. S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.

CONTE, M. E. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTI, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p.177-190.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DIAS, L. F.; LACERDA, P. B. G. As Faces da referência nos estudos semânticos. 2007 (no prelo).

DIAS, L. F. Fundamentos do sujeito gramatical: uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, A. (Org). *Ensaio: relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002. p. 47-63.

_____. A sintaxe em novas dimensões. In: TOLDO, Claudia Stumpf (org.) *Questões de lingüística*. Passo Fundo: editora da UPF, 2003.

_____. Problemas e desafios na constituição do campo de estudos da transitividade verbal. In SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca; MARINHO, J. H. C. (org.) *Estudos da língua em uso – relações inter e intra-sentenciais*. Belo Horizonte: UFMG, 2005a. p.101-122.

_____. Textualidade e gramática : relações em construção. In : SCHONS, R. C. ; RÖSING, T. M. K. *Questões de escrita*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005b, p.30-41.

_____. Enunciação e gramática: o papel das condições de emprego da língua. *Letras*, Santa Maria, n. 33, p. 51-67, jul./dez. 2006a.

_____. Novas perspectivas no ensino de gramáticas na escola: o estatuto do exemplo em questão. In: OLIVEIRA, S.E. de & SANTOS, J. F. dos. *Mosaico de linguagens*. Campinas: Pontes/CELLIP, 2006b. p.43-53.

DIAS, L. F. Énonciation et grammaire: le champ de production de grammaires dans le Brésil contemporain. In: ORLANDI, E.; P. GUIMARÃES, E. (org.) *Um dialogue atlantique – Production des sciences du langage au Brésil*. Paris, ENS, editions, 2007a. p.79-89.

_____. Gramática e política de língua: institucionalização do lingüístico e constituição de evidências lingüísticas. In: ORLANDI, E. P. *Política lingüística no Brasil*, Campinas: Pontes, 2007b. p.183-200.

DU BOIS, J. W. Discourse and Grammar. In: TOMASELLO, *The new psychology of language – cognitive and functional approaches to language structure*. Mahwah, New Jersey/London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2003, Chapter 2, p.47-143.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978. cap. 2, p. 59-86.

GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação*. 3. ed. Campinas: Pontes, 1987.

_____. Enunciação e história. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas, Pontes, 1989. p.71-79.

_____. Enunciação, língua, memória. *Revista da Anpoll*, nº 2, 1996. p.27-33.

_____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*: Pontes, 2002.

_____. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. Semântica e pragmática. In: GUIMARÃES E.; ZOPPI-FONTANA, M. (orgs.) *Introdução às ciências da linguagem – a palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006. p.113-143.

GUIMARÃES, F.; GUIMARÃES, M. *A Gramática lê o texto*. São Paulo: Moderna, 1997.

MACAMBIRA, J. R. *A estrutura morfossintática do português*. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

MACIEL, M. *Gramática descritiva*, 12. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas, São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997.

_____. Sobre a (des-)construção das teorias lingüísticas. In: *Línguas e instrumentos lingüísticos*, Campinas: Pontes, n.2, p. 07-31, jul./dez.1998.

_____. Papel da memória. In: ACHARD P. et alii. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p.49-57.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

POSSENTI, S. *Os Humores da Língua: Análises Lingüísticas de Piadas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 13.ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1968.

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 2000.

SILVA, M. C. F. *A posição sujeito no português brasileiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

TRAVAGLIA, L.C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de 1º de 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996